



Índice

- 01 Docentes da UNIR apresentarão trabalho em conferência internacional sobre desenvolvimento indígena
- 02 MPF recomenda que Governo faça manutenção em estrada de acesso à aldeia indígena
- 03 Após quase 20 anos, grupo de índios isolados faz contato com tribo no AM
- 04 7 estados têm proporção de candidatos indígenas maior que a média
- 05 Comunidade do Jardim Anache leva título dos Jogos Indígenas 2014
- 06 Arara Azul conquista o troféu Kiari pela quinta vez no Festival das Araras
- 07 Povos indígenas crescem e já são 8,3% da população da América Latina
- 08 ONU diz que vai lutar contra marginalização e exclusão de povos indígenas
- 09 Senador Acir e Dalton Di Franco têm encontro com povos indígenas de Guajará-Mirim
- 10 Saúde indígena deverá ganhar novo instituto para contratar mão-de-obra
- 11 Mutirão de documentação atende a comunidades indígenas de Roraima
- 12 Ocupação Imemorial: Demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé (Suiá-Missu) baseou-se em tese derrubada pelo STF
- 13 Sidney pergunta a Reinaldo sobre a questão indígena e Monje diz que tucano mente



- 14** Ban promete lutar contra marginalização e exclusão de povos indígenas
- 15** ONU luta contra exclusão de indígenas
- 16** Cacique é impedido pelo governo federal de participar da 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas
- 17** Aldeias de Yvy Katu e Porto Lindo denunciam falta de transparência e pressão de agentes institucionais da Saúde para aprovação do INSI
- 18** Festa do rapaz: se formam novos guerreiros Tentehar/Guajajara
- 19** Indígenas Aikewara na Comissão da Anistia: Perdão e reparação
- 20** PE – Comunidade quilombola Conceição das Crioulas recebe título de mais de 800 hectares
- 21** CIR participa da primeira Conferência Mundial da ONU sobre os Povos Indígenas
- 22** Quilombo Rincão dos Martimianos será o quarto titulado no RS
- 23** Caso Nísio Gomes: Primeira audiência do processo acontecerá esta semana
- 24** No sul do Amazonas, índios tenharim presos não têm banho de sol por falta de segurança
- 25** PARFOR inicia oficina "História e Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas"
- 26** Irregularidades suspendem votação de licença para minerodutos em MG
- 27** Luta contra a demarcação de terras indígenas. Prioridade da CNA
- 28** O Milagre da Resistência: Lições dos Sucessos dos Quilombos e Grupos



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

Indígenas Urbanos do Rio

- 29** [Roraima tem onze 'Escolas Esquecidas'](#)
- 30** [Moção contra a privatização da saúde pública indígena](#)



Docentes da UNIR apresentarão trabalho em conferência internacional sobre desenvolvimento indígena

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 22.09.2014

As pesquisadoras irão representar a Universidade e o coordenador do GEITEC, o professor doutor Flávio de São Pedro Filho. . .

De 25 a 28 de novembro de 2014 será realizado na cidade de Auckland, Nova Zelândia, a Conferência Internacional de Desenvolvimento Indígena 2014 (2014 International Indigenous Development Conference), para a qual a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) enviará dois representantes.

Durante o evento, a professora mestre Irene Ioko Taguchi Sakuno e a professora especialista Izabel Cristina da Silva, ambas integrantes do Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia (GEITEC) da UNIR apresentarão o trabalho intitulado "Indigenous ecotourism on support to economic optimization and quality of life for the forest peoples in the Brazilian Amazon" (Ecoturismo Indígena em suporte à otimização econômica e qualidade de vida dos Povos da Floresta na Amazônia Brasileira). A pesquisa será exposta no formato de workshop com 4 horas de duração, perante os participantes da conferência de 2014.

As pesquisadoras irão representar a Universidade e o coordenador do GEITEC, o professor doutor Flávio de São Pedro Filho, que estará com agenda em outro evento, o ALTEC 2014 Maracaibo - Venezuela (Qualis CAPES E1).

Sobre o trabalho

Conforme afirmou o coordenador do GEITEC, o trabalho "Indigenous ecotourism on support to economic optimization and quality of life for the forest peoples in the Brazilian Amazon" (Ecoturismo Indígena em suporte à otimização econômica e qualidade de vida dos povos da Floresta na Amazônia Brasileira) é o único modelo comprovadamente válido para o desenvolvimento sustentável dos Povos Clânicos (povos organizados em clãs) e que poderia ser aplicado no Brasil para inclusão do indígena no PIB nacional, enquanto estaria integrando os povos amazônicos ao desenvolvimento regional integrado.

"Esta é mais uma contribuição do docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGA) junto à comunidade científica internacional, o que eleva o nome da UNIR e dos produtos gerados em pesquisa aplicada", disse o professor.



MPF recomenda que Governo faça manutenção em estrada de acesso à aldeia indígena

SÍTIO EXPRESSO MT, 22.09.2014

A recomendação para a execução da obra partiu da unidade do Ministério Público Federal em Cáceres e faz parte do acordo intermediado pelo MPF entre Governo do Estado, Funai, ICMBio e os indígenas que bloquearam a rodovia federal BR 174, no mês de agosto.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (SEPTU), deverá fazer a manutenção da estrada de acesso à Terra Indígena Enawenê Nawê, em Juína. A recomendação para a execução da obra partiu da unidade do Ministério Público Federal em Cáceres e faz parte do acordo intermediado pelo MPF entre Governo do Estado, Funai, ICMBio e os indígenas que bloquearam a rodovia federal BR 174, no mês de agosto.

A recomendação expedida pelo MPF formalizou o compromisso firmado pelo secretário de Infraestrutura de Mato Grosso e prevê que seja disponibilizado com a máxima urgência maquinário para realização da manutenção dos pontos críticos da estrada ou que celebre contrato, em caráter emergencial, para que sejam feitas as obras de recuperação.

O bloqueio da BR 174, na região do município de Comodoro, a 677 km de Cuiabá, foi feito como protesto. Desde 1998 os Enawenê Nawê pleiteiam a construção de uma estrada (ramal) saindo da rodovia até a aldeia Halataikwa, a maior do território indígena, para ser usada no transporte até as cidades e no abastecimento das aldeias onde atualmente vivem cerca de 700 pessoas.

Não tendo o pleito atendido pelos órgãos públicos, os índios abriram a estrada, no fim de 2013, que encontra-se em péssimo estado de conservação, não podendo ser utilizada em época de chuvas. Sem uma via terrestre disponível, os índios têm o rio como única alternativa de acesso à cidade mais próxima, Juína. A viagem de barco dura de seis a de oito horas. Os indígenas reivindicam a construção de uma ponte na estrada que dá acesso às aldeias e o cascalhamento da via para possibilitar o trânsito no local mesmo em períodos de chuva.

Para o Ministério Público Federal, a intransitabilidade da estrada gera uma série de violações aos direitos da comunidade. A situação dos índios foi constatada pelos procuradores da República Ana Carolina Haliuc Bragança e Thiago Augusto Bueno que estiveram com os indígenas e intermediaram uma reunião de lideranças dos nove clãs dos Enawenê Nawê com representantes do Dnit, ICMBio, Superintendência de Assuntos Indígenas do Governo do Estado de Mato Grosso do Ministério dos Transportes, Funai e Polícia Rodoviária Federal na tentativa de chegar a uma alternativa consensual para a manutenção da estrada. A reunião foi realizada no dia 21 de agosto em Comodoro (MT).

Durante a reunião, por meio de um telefonema com o procurador da República Thiago Augusto
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

Bueno, o secretário da SEPTU propôs que a obra emergencial fosse feita pelo Governo do Estado. Assim, foi firmado um acordo prevendo a realização de uma vistoria na estrada, juntamente com o MPF e a Funai, na primeira quinzena de setembro.

No dia da vistoria, dia 9 de setembro, com exceção da SEPTU, os representantes da Funai, MPF e ICMBio estiveram presentes. Nos próximos 15 dias, o ICMBio deve concluir o relatório da vistoria e apresentar um projeto para a manutenção permanente e contínua da estrada de acesso à Terra Indígena Enawenê Nawê a partir da BR 174.

Mas a solução imediata da precaridade das condições da estrada ficou à cargo do Governo do Estado. De acordo com os procuradores da República, diante da omissão do Governo em cumprir o acordo firmado pelo secretário da SEPTU e atender às ligações feitas pelo MPF, não se pode excluir a alternativa de levar o caso à Justiça Federal, mas ainda será feita uma nova tentativa de conciliação extrajudicial.

Uma das alternativas extrajudiciais já utilizadas pelo MPF em Cáceres foi a expedição da recomendação nº 13/2014 para que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura faça, com a máxima urgência a manutenção da via.

Após quase 20 anos, grupo de índios isolados faz contato com tribo no AM

SÍTIO G1/AM, 22.09.2014

Indígenas do povo Korubo habita região do Vale do Javari. Desde 1996, etnia não estabelecia contato, diz Funai.



Imagem recente da Base Ituí-Itaquai, onde os korubos estão atualmente (Foto: Divulgação/Funai)

Um casal e quatro crianças do povo indígena isolado Korubo fez contato com uma tribo Kanamari no Rio Itaquai, na Terra Indígena (T.I.) Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, no Amazonas, no dia 9 deste mês. Atualmente, o grupo está em uma base de proteção da região. Na sexta-feira (19), a assessoria da Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ao G1 que, há quase 20 anos, os Korubos não estabeleciam contato. Segundo a instituição, a região que o grupo habita é formada por uma grande quantidade de povos isolados.

CONT.



Após o contato, os índios Kanamari levaram o grupo para a aldeia Massapê e informaram a Funai. No dia 10, a Fundação deslocou ao local um helicóptero com intérpretes indígenas. Segundo a instituição, no mesmo dia, os indígenas receberam atendimento médico preventivo na aldeia.

Equipes da Funai e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) deram início a procedimentos que buscam a proteção epidemiológica do grupo. "No momento, a Funai busca entender as necessidades dos indígenas, respeitando sua autonomia. Há um esforço também em compreender os motivos que os levaram a estabelecer contato. Portanto, a Funai dará apoio à decisão que eles tomarem quanto ao próximo destino", diz a Fundação, em nota enviada à redação.



Atualmente, o grupo está na Base de Proteção Etnoambiental Ituí-Itaquai, que fica dentro da Terra Indígena Vale do Javari. Servidores da Funai mantêm diálogo com os indígenas. O objetivo é assegurar a garantia, autonomia e autodeterminação do grupo.

Povo Korubo

De acordo com a Funai, um outro grupo do povo Korubo, composto por 16 pessoas, foi contatado em 1996 pela Fundação. Na época, a instituição concluiu que havia necessidade de estabelecer contato, "após sucessivos conflitos com o entorno não-indígena, que acarretaram várias mortes entre os Korubo".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

A Funai informou ainda que hoje, a população contatada de 33 pessoas vive no Rio Ituí, Terra Indígena Vale do Javari. A Fundação afirmou ainda que monitora outros grupos de Korubos que permanecem isolados.

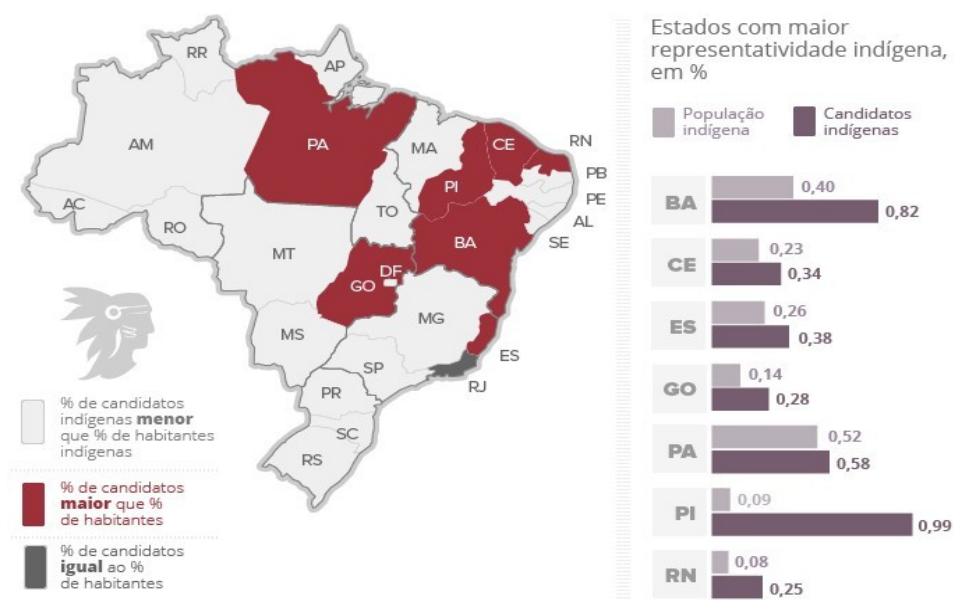
A instituição destacou ainda que, além de atender o grupo que manteve contato em 1996, atua na localização e monitoramento de povos indígenas isolados e na proteção territorial na T.I. Vale do Javari.

Segundo a Funai, o Vale do Javari abriga a maior quantidade conhecida de povos indígenas isolados do mundo. Até o momento, a instituição tem conhecimento de, pelo menos, nove grupos isolados confirmados na região. "Dois deles são Korubo. O grupo que fez contato pertence a um deles", afirmou a Fundação.

7 estados têm proporção de candidatos indígenas maior que a média
SÍTIO G1, 22.09.2014

CANDIDATOS INDÍGENAS

Veja a comparação dos percentuais de índios nas eleições e nas populações dos estados



G1.com.br

Fonte: TSE
Infográfico elaborado em 22/9/2014

Das 27 unidades federativas do país, 7 têm a proporção de candidatos indígenas maior que a média da população da etnia nos estados. É o que mostra um levantamento feito pelo G1 com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maior diferença de percentuais é encontrada no Piauí. Dos 403 candidatos concorrendo no estado, 4 são indígenas, o que corresponde a 0,99% do total. Já dos 3,1 milhões de habitantes, 2,9 mil são indígenas, um percentual de 0,09%. Os outros estados com representatividade indígena maior nas eleições são Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará e Rio Grande do Norte.

Entre os outros 20 estados, 19 têm proporções menores de índios concorrendo que a média da população da etnia. Maranhão, Paraíba, Santa Catarina e Sergipe não têm nenhum candidato indígena. O Rio de Janeiro tem a mesma proporção. No geral, 0,33% dos candidatos concorrendo nas eleições deste ano se declaram indígenas. Em todo o Brasil, o percentual é de 0,43% da população.



Comunidade do Jardim Anache leva título dos Jogos Indígenas 2014

SÍTIO A CRÍTICA/CAMPO GRANDE, 22.09.2014

Somando 61 pontos, a Comunidade Indígena do Jardim Anache ganhou o primeiro lugar da 9ª edição dos Jogos Urbanos indígenas de Campo Grande, realizado ontem (21) no Parque Ayrton Senna. Cerca de 600 pessoas participaram e prestigiaram os jogos que envolveram seis etnias e 21 comunidades em seis modalidades. A equipe do bairro Monte Castelo conquistou o segundo lugar e do bairro Santa Mônica o terceiro. Veja abaixo, os resultados por modalidades.

O líder das comunidades indígenas de Campo Grande, Adierson Venâncio Mota, parabenizou os participantes e afirmou que os jogos trouxeram muitas alegrias. "Os jogos são uma forma de integração das comunidades, resgate da cultura para os mais novos e a preservação do idioma", diz o cacique, que colaborou com a Funesp na organização dos Jogos.

Participaram do evento as etnias terena, guató, kinikinau, guarani-kaiwá, kadiwéu e duas vindas de Mato Grosso: Xavante e bororó. As comunidades urbanas participantes são: Feira Indígena, Indubrasil, Água Bonita, Tarsila do Amaral, Jardim Anache, Darcy Ribeiro, São Conrado, Núcleo Terena, Jardim Aeroporto, São Jorge da Lagoa, Tiradentes, Dalva de Oliveira, Estrela do Amanhã, Santa Mônica, Acadêmicos Indígenas, Comunidade indígena Cachoeirinha e Monte Castelo.



Arara Azul conquista o troféu Kiari pela quinta vez no Festival das Araras
SÍTIO BV NEWS, 22.09.2014

A disputa ocorreu na noite de sábado, 20, na Praça Germano Augusto Sampaio

O grupo folclórico Arara azul conquistou mais uma vez o Festival das Araras com suas apresentações cheias de alegria, brilho e cores, baseadas em lendas roraimenses. A disputa ocorreu na noite de sábado, 20, na Praça Germano Augusto Sampaio.

No primeiro dia de Festival foram apresentados os itens oficiais de cada arara. No segundo dia foi a disputa dos grupos folclóricos com apresentações temáticas. A Arara Azul retratou as lendas do Canaimé e a Arara vermelha a Lenda do boto.

Os itens julgados foram: Emanon (índia mais bela); Uri Eponen (mulher sábia), Ritual Piasan (Pajé); Eremon (música na língua macuxi); Kiari Tepusen (porta estandarte); fantasias; desenvolvimento do tema; coreografia; alegorias; evolução; apresentador e conjunto.

Para o Professor de Educação Indígena, André Bitencourt, piasan da Arara Azul, a equipe estava unida num mesmo propósito que é difundir a cultura indígena roraimense. "A maior vitória do grupo é a oportunidade que o evento nos dá de participar dessa festa tão linda, onde podemos mostrar nosso trabalho à comunidade, explorando histórias e lendas indígenas que fazem parte da cultura local", ressaltou.

A Arara campeã, composta por 63 integrantes, se apresentou novamente na noite deste domingo, 21, para encerrar a programação e receber o troféu Kiari, que significa Arara, na língua indígena Macuxi.

"Estamos felizes por mais essa vitória. O esforço e a dedicação são o nosso diferencial no trabalho em equipe. O Festival é uma referência cultural e a prefeitura está de parabéns pelo incentivo e difusão da cultura local", frisou o presidente da Arara Azul, Osvaldo Thomas.

FESTIVAL DAS ARARAS

Criado em 2008, a disputa foi inspirada no Festival de Parintins, mas adaptado para a cultura roraimense, com personagens e nomes indígenas da língua materna do povo Macuxi. O Pajé virou Piasã, a Cunhã Poranga é Emanon, Porta-Estandarte é chamada de Uri Eponen e a Rainha do Folclore é Kari Tepusen.



Povos indígenas crescem e já são 8,3% da população da América Latina

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 22.09.2014

O novo número demonstra um aumento de 49,3% na primeira década do século XXI

France Presse

A América Latina tem 826 povos indígenas, com 45 milhões de pessoas que representam 8,3% da população total da região, segundo um relatório apresentado nesta segunda-feira em Nova York pela CEPAL, que destaca melhorias em saúde, educação e participação política na última década.

O novo número de 45 milhões de indígenas até 2010 significa um aumento de 49,3% na primeira década do século XXI, já que em seu relatório anterior de 2007 a Comissão Econômica para a América Latina da ONU havia estimado um número de 30 milhões de nativos em 2000.

"Trata-se de uma 'recuperação demográfica' de magnitude considerável", indica a CEPAL em seu documento, falando de uma taxa de crescimento médio anual de 4,1%, muito acima do 1,3% registrado para a América Latina (+13,1% para a década).

A recuperação não obedece apenas à dinâmica demográfica, mas também a um "aumento da autoidentificação", destaca o relatório. "Temos um número mais alto porque há uma autoidentificação maior por parte dos povos", afirmou neste sentido Alicia Bárcena, secretária-executiva da CEPAL, ao apresentar na sede da ONU o estudo.

Embora a Bolívia, com 6,2 milhões de indígenas que representam 62,2% de seus habitantes, seja o país da América Latina com a maior porcentagem de população autóctone, o México conta com 17 milhões de cidadãos desta origem (15,1%).

Outros países com grande população nativa são Peru (7 milhões, ou seja, 24%), Guatemala (5,9 milhões, 41%), Equador (um milhão, 7%), Colômbia (1,6 milhão, 3,4%), Chile (1,8 milhão, 11%) e Nicarágua (520 mil, 8,9%).

Segundo a CEPAL, que menciona 826 povos indígenas, "estima-se que além disso outros 200 vivam em isolamento voluntário".

O Brasil é o país com a maior quantidade de povos indígenas, ao somar 305 (900 mil pessoas, 0,5% de sua população), seguido por Colômbia (102), Peru (85), México (78) e Bolívia (39).

Avanços em educação e saúde

CONT.



Bárcena destacou a tarefa efetuada por Bolívia e Equador para melhorar a situação de suas comunidades indígenas, mas também mencionou as políticas colocadas em andamento no México.

O relatório mostra "avanços importantes no acesso aos serviços de saúde que se refletiram em melhorias nos indicadores, como o atendimento ao parto e a mortalidade infantil entre os povos indígenas" entre 2000 e 2010 nos nove países com dados disponíveis (Costa Rica, México, Brasil, Venezuela, Equador, Panamá, Guatemala, Peru e Bolívia).

Além disso, "17 países dispõem de alguma institucionalidade estatal com o mandato específico de gerir a saúde intercultural".

Em educação, a CEPAL observa "aumentos nas taxas de assistência escolar em todos os níveis", com porcentagens de comparecimento "entre 82% e 99% para as crianças de 6 a 11 anos".

No entanto, o documento lembra as "brechas significativas na educação média e no acesso aos níveis superiores em relação aos indicadores da população não indígena".

Em uma coletiva de imprensa em Nova York, Bárcena também se referiu à questão do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, destacando avanços, mas advertindo sobre desafios.

"Identificamos 200 conflitos sociais e ambientais em territórios indígenas vinculados à extração mineradora e de hidrocarbonetos entre 2010 e 2013", disse.

Neste contexto, a CEPAL inclui algumas recomendações para resolver estas questões, começando por uma "governança dos recursos naturais na qual os povos indígenas sejam consultados".

Por último, o documento faz referência a um aumento da participação política e a um contínuo fortalecimento de suas organizações, embora "siga existindo uma escassa representação destes povos em órgãos dos poderes do Estado".



ONU diz que vai lutar contra marginalização e exclusão de povos indígenas

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 22.09.2014

Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas de mais de 5 mil comunidades espalhados por 90 países

Agência Brasil

Na abertura da 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, nesta segunda-feira (22), na sede das Nações Unidas, em Nova York, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, disse que "os povos indígenas estão no centro dos debates sobre direitos humanos e desenvolvimento global". Ele prometeu lutar contra a exclusão e a marginalização que os indígenas enfrentam.

Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas de mais de 5 mil comunidades espalhados por 90 países. Eles representam 5% da população global.

De acordo com o secretário-geral, as decisões tomadas nesta conferência terão reflexo por toda a comunidade internacional com efeitos concretos sobre os povos indígenas. Ban Ki-moon disse que entre as principais preocupações estão a posse da terra e os direitos dos grupos.

A conferência mundial, que vai até amanhã (23), deve resultar em um documento sobre a implementação dos direitos dos povos indígenas. O texto deve ser preparado com base em uma consulta aberta com os países-membros da ONU e os povos indígenas.

* Com informações da Rádio ONU



Senador Acir e Dalton Di Franco têm encontro com povos indígenas de Guajará-Mirim
SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 22.09.2014

O encontro aconteceu na tarde de domingo na Aldeia Lage Velho, a 30 km de Guajará-Mirim. Os visitantes foram recebidos pelo cacique Henrique. Convidados, os caciques de outras aldeias vizinhas também compareceram ao local para também falar de suas comunidades

Povos indígenas que habitam a zona rural de Guajará-Mirim se reuniram com o senador Acir Gurgacz, o jornalista Dalton Di Franco e o presidente da Câmara de Vereadores, Netinho, quando falaram de suas dificuldades e pediram apoio para solucionar uma série de problemas que afetam as aldeias e alguma legislações que tramitam em Brasília.

O encontro aconteceu na tarde de domingo na Aldeia Lage Velho, a 30 km de Guajará-Mirim. Os visitantes foram recebidos pelo cacique Henrique. Convidados, os caciques de outras aldeias vizinhas também compareceram ao local para também falar de suas comunidades. O vereador Arão, que é representante da Aldeia Lage Velho, lembrou que os povos indígenas sempre contaram com o apoio do senador Acir. "Já estive em Brasília discutindo ele a inclusão de pedidos para beneficiar a comunidade", frisou.

Acir que é candidato à reeleição reafirmou o compromisso de continuar trabalhando por todos os brasileiros que moram em Rondônia. "Não faço distinção de raça. Para mim, todos somos irmãos e brasileiros", reafirmou. Ele ainda pediu votos para eleger o jornalista Dalton Di Franco para deputado federal para aumentar a força e a representação do povo em Brasília, além de afirmar ser importante a eleição do vereador Netinho para deputado estadual. "Nós somos políticos positivos e queremos continuar trabalhando pela população", concluiu.

Dalton Di Franco disse que eleito deputado federal trabalhará ao lado do senador Acir para buscar a solução de inúmeros problemas que afetam aos nossos irmãos. "Esses problemas estão na saúde, na educação, na segurança, nas cidades e nos campos, onde moram os povos indígenas". Dalton que já foi vereador em Porto Velho em 1988, e deputado estadual em 1990, reafirmou o compromisso de ser um parlamentar que trabalhará sempre em defesa do povo.

O candidato a deputado estadual Netinho agradeceu aos indígenas presentes ao encontro, colocando-se à disposição para ser o deputado da comunidade.



Saúde indígena deverá ganhar novo instituto para contratar mão-de-obra
SÍTIO FOLHA WEB, 22.09.2014

Até o mês de dezembro deste ano deverá ser enviado para votação, no Congresso Nacional, o projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi), proposto pelo Governo Federal. O prazo final para análise da proposta pelos conselhos de saúde indígena em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) encerrou na terça-feira, dia 9.

O Instituto Nacional de Saúde Indígena será uma entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS) regido pelas normas do direito privado. Trata-se de um órgão da administração indireta, que exercerá ações de atenção básica, saneamento ambiental, educação permanente em saúde, de apoio ao fortalecimento aos conselhos de saúde indígenas, tudo delegado pelo poder público.

Segundo o titular da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Antônio Alves, o Insi é considerado um serviço social autônomo e o projeto teve aprovação de 26 (76,6%) dos 34 Dsei, inclusive dos Dsei Leste e Yanomami em Roraima. Cinco se posicionaram contra, dois alegaram que há ressalvas e decidirão posteriormente, e um ainda estava em discussão até esta terça-feira.

Conforme o secretário, essa fase de debate sobre o assunto dentro dos conselhos indígenas obedece ao que é estabelecido pela Convenção 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. "A partir daí, ela foi ratificada pelo governo e todas as suas cláusulas serão obedecidas", disse Alves.

Terminado o prazo de debate nos Dsei, agora o projeto será formatado em lei e seguirá para a votação no Congresso Nacional. Se for aprovado no Congresso e sancionado pela presidente Dilma Rousseff até o final do ano, imediatamente se dará início à elaboração do regulamento e posteriormente ao estatuto.

O instituto será fiscalizado pelos órgãos de controle internos do Governo Federal: Controladoria-Geral da União (CGU), Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) e Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com Alves, o contrato de gestão será monitorado pela Sesai, com metas, indicadores e resultados, levando em consideração os planos distritais de saúde aprovados nos conselhos. Com relação ao orçamento, será definido anualmente pelo MS.

Uma das dificuldades atuais levantada pelo secretário é justamente quanto à seleção de profissionais de saúde para a área indígena, feita através de concurso. Ele pontua dois problemas acerca disso. "O concurso é universal e, seguindo a Constituição, ele não abre espaço que priorize o candidato indígena", disse.

CONT.



O secretário cita que há ainda outro problema, que é a falta de candidatos profissionais de saúde que se habilitem para trabalhar em áreas indígenas. Ele usa como exemplo o concurso realizado no ano de 1996, quando foram disponibilizadas 404 vagas, 20% das quais não tiveram candidatos. Alves afirma que, passado o período probatório, ficaram apenas seis profissionais de saúde indígena. "Em Roraima não ficou nenhum", destacou.

Antônio Alves explicou que o objetivo é facilitar e agilizar o processo no que diz respeito à contratação de profissionais de saúde que atendem os povos indígenas. Segundo ele, com a criação do Insi, as contratações desses profissionais será mais rápida, saindo do processo do concurso. Além disso, deverá ser firmado convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) com o intuito de oferecer formação superior aos próprios indígenas, que por sua vez poderão atuar em suas próprias localidades.

Diante desses argumentos, Alves analisa que a contratação de indígenas formados na área de saúde para atuar no local onde eles residem possibilita o intercâmbio cultural. O contrário do que acontece atualmente, quando alguém que não pertence àquele grupo lá se insere, tendo um "choque cultural" por não terem os mesmos costumes, o levando muitas vezes a desistir do posto.

"Algumas vezes, as próprias comunidades também não aceitam esses profissionais", frisou. "Então, a intenção é fazer com que possamos ter um grupo de profissionais, no caso os próprios indígenas, que tenha boa aceitação nessas comunidades, beneficiando ambos os lados", frisou. (M.F)



Mutirão de documentação atende a comunidades indígenas de Roraima

SÍTIO MDA, 22.09.2014

O município de Alto Alegre, em Roraima, a 87 quilômetros da capital Boa Vista, recebe a partir de hoje (22) o mutirão de documentação da trabalhadora rural. Até o dia 26, a ação estará em três comunidades indígenas, um projeto de assentamento e uma vila rural. O objetivo é levar aos agricultores familiares da região, sem nenhum custo, documentos como as carteiras de identidade e de trabalho, e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Segundo a coordenadora de Acesso à Terra e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Layla Torres, a ação garante autonomias econômica e social às mulheres. "Muitas vezes, elas não têm acesso a políticas públicas por não terem a documentação. Ao garantir que elas tenham em mão os documentos civis e trabalhistas, elas podem ter crédito e, a partir disso, ter autonomia econômica com a produção", explica.

Desde 2004, os mutirões no Estado já atenderam a mais de 42 mil mulheres, totalizando 84.242 documentos emitidos. Desta vez, a expectativa é de documentar 200 mulheres. Além dos documentos, serão oferecidos ao público a inscrição no Cadastro Único de políticas sociais do Governo Federal e também os benefícios da Previdência Social, como aposentadoria e salário-maternidade.

Apesar de atender prioritariamente as trabalhadoras rurais, os homens também podem aproveitar a oportunidade para colocar em dia a documentação.

Ouçá aqui

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_24/22_2014_MDA_MUTIRAO_R_R.mp3

a matéria de rádio.

Serviço

Mutirão de documentação no município de Alto Alegre (RR)

Data: 22 de setembro de 2014

Horário: 8h às 17h

Local: Malocão Comunitário – na comunidade da Barata

Data: 23 de setembro de 2014

Horário: 8h às 17h

Local: Escola Estadual Indígena Marechal Rondon – na comunidade de Boqueirão

Data: 24 de setembro de 2014

Horário: 8h às 17h

Local: Escola Estadual Indígena Riachuelo – na comunidade de Sucuba

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

Data: 25 de setembro de 2014

Horário: 8h às 17h

Local: Escola Estadual Paredão – no Projeto de Assentamento Paredão

Data: 26 de setembro de 2014

Horário: 8h às 17h

Local: Escola Estadual Maria das Dores – na Vila São Silvestre

Gabriella Bontempo
Ascom/ MDA



Ocupação Imemorial: Demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé (Suiá-Missu) baseou-se em tese derrubada pelo STF
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 22.09.2014

A decisão do Supremo Tribunal Federal que desqualificou a posse imemorial como critério para demarcação de terras indígenas ainda dará muito o que falar. Como mostramos aqui, a 2ª Turma do STF anulou a portaria de demarcação da Terra Indígena Guyraroká, no Mato Grosso do Sul, assinada pelo Ministro da Justiça. De acordo com os Ministros os índios guarani já não viviam mais na região em 1988 e a área havia sido entregue a produtores rurais de forma legal pelo Estado. Por essa razão, a turma do STF decidiu que o processo administrativo convencional seria via inadequada para demarcação da Terra Indígena. Muitas áreas estão em situação semelhante, entre elas a Terras Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso.

Demarcada sobre a área da antiga Fazenda Suiá-Missu, a ocupação de Marãiwatsédé em 1988 era imemorial, não havia índios lá em 1988. Há quem diga que nunca houve índios na região de floresta inclusa na demarcação pela Funai.

De acordo com o documentário Vale dos Esquecidos, os índios xavante que viviam nas cabeceiras dos rios tapirapé e xavantinho, conhecidos como Xavantes de Marãiwatsédé, foram saíram da região nos anos 60 carregados em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) com anuência do Serviço de Proteção ao Índio (a Funai da época) e a supervisão de padres missionários da Igreja Católica.

De acordo com documentos históricos e o próprio laudo antropológico de demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé, os índios deixaram a região e se dirigiram à missão de São Marcos, onde viviam os missionários católicos, com ajuda do Governo brasileiro. A missão foi demarcada como Terra Indígena, a Terra Indígena São Marcos, de ocupação tradicional dos índios xavante.

Pelo visto a decisão do STF ainda dará muito pano para manga.

Fonte: Questão Indígena



Sidney pergunta a Reinaldo sobre a questão indígena e Monje diz que tucano mente
SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 22.09.2014

O Professor Sidney Melo (PSOL) perguntou sobre as soluções para os conflitos indígenas para Reinaldo Azambuja (PSDB). O tucano garantiu que não vai empurrar questão com a barriga. Professor Monje (PSTU) alertou sobre a mentira do candidato.

Reinaldo disse vai resolver a questão que foi empurrada com a barriga pelo governo federal. Além disso, prometeu levar a produção para dentro das aldeias indígenas. "Se for Estado que titulou a terra, o Estado vai ter de indenizar. Se foi o governo federal, a União será a responsável. Não vou empurrar com barriga. Vou assumir responsabilidade e levar produção para dentro das aldeias", afirmou Reinaldo.

Professor Monje alertou sobre possível mentira. "Tome cuidado Sidney Melo, eles mentem para você. A Constituição fala em demarcar as terras indígenas, teve o governo do PSDB e o governo do Lula e da Dilma. Mas não tiveram coragem para demarcar, estão comprometidos com grandes latifúndios, polícia que massacram os indígenas", comentou o candidato socialista.

Monje disse que com o Zé Maria (PSTU) no governo federal, os grandes latifúndios serão expropriados, e vai titular os quilombolas, dar terras ao MST para produzir alimentos para população que passam fome. "A soja é para dar alimento a boi nos Estados Unidos", completou.

Sidney Melo na réplica ressaltou que "se você não trabalhar os produtores 'pobrezinhos' não vão por comida na sua mesa. A questão central é genocídio o que não foi feito para evitar..." e o tempo acabou.



Ban promete lutar contra marginalização e exclusão de povos indígenas

SÍTIO RÁDIO ONU, 22.09.2014

Em primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, aberta nesta segunda-feira, secretário-geral diz que povos são importantes para os debates sobre desenvolvimento global.

Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas. Foto: ONU/Mark Garten

Edgard Júnior, da Rádio ONU em Nova York.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que "os povos indígenas estão no centro dos debates sobre direitos humanos e desenvolvimento global".

A declaração foi feita na abertura da primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, esta segunda-feira, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Agenda Global

Ban disse que os povos indígenas estão preocupados com os assuntos mais importantes da agenda global. Ele explicou que os índios estão profundamente conectados à "Mãe Terra", cujo futuro é a questão central da Cimeira do Clima, que começa nesta terça-feira.

O chefe da ONU afirmou que as deliberações e as decisões tomadas nesta conferência vão refletir por toda a comunidade internacional com efeitos concretos sobre os povos indígenas.

Para Ban, o sucesso deste encontro é fundamental para o progresso de toda a humanidade.

Preocupações

O secretário-geral contou que se reuniu com vários líderes indígenas por todo o mundo para conhecer suas preocupações e suas experiências. Ele citou viagem à Bolívia, país que fez avanços em relação aos direitos dessa minoria.

Ban disse que entre as principais preocupações estão a posse de terra, os recursos e os direitos do grupo. Ele prometeu lutar contra a exclusão e a marginalização que esses povos enfrentam.

Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas de mais de 5 mil comunidades espalhados por 90 países. Eles representam 5% da população global.

Ban lembrou que a Assembleia Geral adotou a Declarações sobre os Direitos dos Povos Indígenas durante seu primeiro ano como secretário-geral. O documento estipula os padrões mínimos para a sobrevivência, dignidade e bem estar dessas comunidades.

CONT.



Leis e Constituições

O chefe das Nações Unidas disse que "mais e mais países estão refletindo esses princípios em suas leis e constituições".

Ele afirmou que as agências da ONU também desenvolveram políticas específicas para cuidar dos indígenas.

Ban afirmou que "é importante conseguir promessas dos governos, mas que é mais importante ver ações".

Por isso, o secretário-geral espera que a declaração final da conferência contenha compromissos que possam fazer a "ponte" entre promessas e resultados.

Ele afirmou que a ONU fará tudo o que for possível para apoiar os povos indígenas.



ONU luta contra exclusão de indígenas

SÍTIO O ALTO URUGUAI, 22.09.2014

Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas espalhados em 90 países

Na abertura da 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, nesta segunda-feira, 22, na sede das Nações Unidas, em Nova York, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, disse que "os povos indígenas estão no centro dos debates sobre direitos humanos e desenvolvimento global". Ele prometeu lutar contra a exclusão e a marginalização que os indígenas enfrentam.

Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas de mais de 5 mil comunidades espalhados por 90 países. Eles representam 5% da população global.

De acordo com o secretário-geral, as decisões tomadas nesta conferência terão reflexo por toda a comunidade internacional com efeitos concretos sobre os povos indígenas. Ban Ki-moon disse que entre as principais preocupações estão a posse da terra e os direitos dos grupos.

A conferência mundial, que até nesta quarta-feira, 23, deve resultar em um documento sobre a implementação dos direitos dos povos indígenas. O texto deve ser preparado com base em uma consulta aberta com os países-membros da ONU e os povos indígenas.

Anderson Favero com informações da Rádio ONU e Agência Brasil



Cacique é impedido pelo governo federal de participar da 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas
SÍTIO CIMI, 22.09.2014

Ban Ki-Moon, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), prometeu na manhã desta segunda-feira, 22, lutar contra a exclusão e a marginalização a que povos indígenas estão submetidos no mundo. A declaração acontece a propósito da abertura da 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, na sede das nações Unidas, em Nova York. A fala do secretário-geral da ONU, neste momento histórico, ocorre na ocasião em que pela segunda vez no ano uma liderança indígena é impedida de sair do país pelo governo brasileiro.

O cacique Marcos Xukuru recebeu o aviso da Funai, na última sexta-feira, 19, de que não poderia embarcar para Nova York e participar da conferência devido ao fato de ter pendência com a Justiça brasileira. O cacique integraria a delegação indígena do Brasil. A pendência, na verdade, trata-se de um processo judicial envolvendo a luta pela demarcação da Terra Indígena Xukuru do Ororubá, no município de Pesqueira (PE), em 2003, que já transitou e foi julgado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5).

“Não há nenhum impedimento judicial dizendo que eu não posso sair do país. Recentemente tive duas vezes no exterior para fazer denúncias de violações aos direitos humanos contra os povos indígenas. Uma delas em Nova York, inclusive. Houve um boicote que partiu do Ministério da Justiça. Sabemos que existe receio por parte de gente do governo quanto ao que podemos dizer para o mundo”, afirma o cacique. A Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) diz não ter conhecimento de nenhum outro processo envolvendo o cacique fora esse já encerrado.

A presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, conforme Marcos Xukuru, fez o convite para que ele participasse da conferência. Foi ela também que justificou as razões do impedimento ao cacique, numa ligação onde Maria Augusta disse que a suspensão da viagem se deu por questões diplomáticas, em face da pendência judicial. “A Funai me convidou para ir com outras lideranças. Um processo que não me proíbe de viajar foi usado. É uma situação. Sabemos que isso veio do Ministério da Justiça”, diz o Xukuru. O cacique, por medida cautelar da Organização dos Estados Americanos (OEA), faz parte do programa de proteção do estado de Pernambuco.

O demais integrantes da delegação, que se deslocaram para Nova York no final de semana, ameaçaram boicotar o encontro caso o cacique não fosse reintegrado ao grupo. Porém, o Xukuru explica que pediu aos parentes para que demovessem a ideia e fossem à conferência, alegando que “é um momento único para dizer o que se passa no país, quais violações estão acontecendo aqui e que lideranças estão sendo impedidas de dialogar em âmbito mundial justamente pela criminalização que sofrem quando lutam por seus direitos”, ataca o cacique Marcos Xukuru.

Este ano já é o segundo caso de lideranças indígenas impedidas de viajar ao exterior para agendas políticas, de denúncia de violações aos direitos destes povos. Em abril, o cacique

CONT.



Babau Tupinambá, uma das lideranças da luta pela demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, foi barrado de ir ao Vaticano para encontro com o Papa Francisco, a convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Depois de conceder o visto, a Polícia Federal voltou atrás alegando que existiam ordens de prisão contra Babau e pediu para ,que ele devolvesse o passaporte, apresentando-se à autoridade policial. Leia aqui.

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7455>

A 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas termina nesta terça, 23. Um documento sobre os direitos dos povos indígenas e sua implementação, preparado diante de consulta aos países integrantes da ONU e povos indígenas, deverá concluir o histórico encontro mundial. Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas de mais de 5 mil comunidades espalhados por 90 países. Eles representam 5% da população global. No Brasil, são quase 900 mil indígenas divididos em 305 povos. O país também concentra cerca de 94 grupos livres, ou seja, povos em situação voluntária de isolamento.

Processo contra o cacique do povo Xukuru

Cacique Marcos Xukuru, em 2003, sofreu um atentado em um trecho da estrada que corta a Terra Indígena Xukuru do Ororubá. Na ocasião, dois jovens indígenas acabaram mortos e um terceiro conseguiu fugir, avisando as demais lideranças do povo. Com dois mortos e o cacique desaparecido – ele havia corrido para o interior da mata – a comunidade, tomada por uma comoção coletiva, incendiou a sede da fazenda localizada onde o atentado ocorreu e se dirigiu para a Vila de Cimbres com o objetivo de retirar da terra indígena o que restava de invasores e aliados dos fazendeiros.

O conflito entre os xukuru e os invasores foi inevitável. A terra indígena, naquele momento, já tinha sido demarcada. No entanto, o cacique, então vítima de um atentado, passou a ser acusado de ter liderado os ataques contra os fazendeiros e demais invasores do território. Um processo de desenrolou por quase 10 anos, até que o TRF-5 o julgou condenando cacique Marcos e mais 20 lideranças do povo Xukuru a quatro anos de prisão. A sentença, no entanto, foi revertida em pena alternativa com o pagamento de cestas básicas.

No dia 3 deste mês, a Assembleia Legislativa de Pernambuco condecorou o cacique Marcos Xukuru com a comenda Leão do Norte, na categoria Direitos Humanos.



Aldeias de Yvy Katu e Porto Lindo denunciam falta de transparência e pressão de agentes institucionais da Saúde para aprovação do INSI

SÍTIO CIMI, 22.09.2014

Durante a celebração de um ano da retomada da Terra indígena de Yvy Katu, ocorrida nos dias 19 e 20 de setembro de 2014, cerca de 300 indígenas participaram de uma reunião para discutir sobre a pretensão do Governo Federal em criar uma estrutura paraestatal para executar as ações e serviços no âmbito da Saúde Indígena, o Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI. Durante a reunião, os indígenas repudiaram a pretensão governamental e denunciaram práticas de má fé utilizadas por agentes institucionais da saúde para persuadir os indígenas das aldeias de Yvy Katu e Porto Lindo, localizadas na região sul do Mato Grosso do Sul, a aceitarem a implementação do instituto.

De maneira clara, aberta e veemente, mais de 100 lideranças e toda a comunidade presente no encontro manifestaram sua posição CONTRÁRIA a implementação do Instituto por entenderem que se trata de uma estratégia de terceirização e privatização que fere diretamente o direito dos povos indígenas a um sistema de saúde específico e diferenciado, ligado ao sistema único de saúde. As lideranças consideram a medida do Governo como um desrespeito à luta secular dos povos indígenas por um sistema de saúde diferenciado, garantido sobretudo pela constituição de 1988.

Utilizando como base para a discussão documentação emitida pelo Ministério Público Federal, os indígenas presentes ressaltaram que a criação do instituto esta na contramão das instâncias de controle social conquistadas sofridamente pela luta dos indígenas no passado. “Hoje temos ferramentas para defender nosso direito, instâncias nossas da saúde e o próprio Ministério Público Federal. O contrario do mau uso da Sesai é o bom uso e não à privatização. A própria Sesai é conquista nossa, não queremos que tirem da gente tudo que conquistamos” fala a liderança indígena Guarani Nhandeva Kunhã Ivoty.

Foram contundentes também, as graves denúncias que dizem respeito às práticas de má fé que certos agentes oficiais ligados à saúde indígena tem utilizado para tentar implementar o INSI “na marra” como se referiram os indígenas. Segundo inúmeros relatos e a concordância do público geral da reunião, tais agentes realizaram reuniões com o povo das aldeias de Yvy Katu e Porto Lindo e anunciaram para os indígenas que o instituto já havia sido aprovado estando a Sesai fora de funcionamento e que os indígenas não teriam mais o que fazer se não resignarem-se ao fato, o que não corresponde a realidade.

Em outras reuniões agentes da saúde informaram falsamente que acaso o instituto não seja aprovado muitos agentes de saúde serão despedidos e que aqueles que permanecessem em seus cargos terão que pagar a Sesai quantias em dinheiro para assegurarem suas vagas. Após leitura, por parte de lideranças, de documento emitido pelo MPF que desmente tais informações, as comunidades de Yvy Katu e Porto Lindo ficaram inconformadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

CONT.

Foi unânime entre todos os presentes na reunião a constatação da falta total de transparência na tentativa de implementação do INSI, bem como a não realização sequer de consulta prévia nas aldeias e comunidades de base, direito assegurado conforme prevê a Convenção 169 da OIT. No fim do evento, os indígenas de Yvy Katu e Porto Lindo repudiaram a pretensão governamental de implementação do Instituto Nacional de Saúde Indígena fazendo constar no documento final do encontro sua decisão de não conformidade com a proposta. As lideranças reafirmaram seu compromisso com a luta secular dos povos indígenas por uma saúde específica e que respeite o modo de ser dos povos originários. Seguem desta forma na luta pelo subsistema de Saúde indígena e pela permanência do caráter público da Saúde no Brasil.

Dourados, 22 de setembro de 2014

Cimi MS



Festa do rapaz: se formam novos guerreiros Tentehar/Guajajara

SÍTIO CIMI, 22.09.2014

Nos dias 08 e 09 de setembro, na aldeia Juçaral, o povo Tenetehar/Guajajara celebrou a festa dos rapazes, que significa a passagem da infância para a fase adulta. Essa festa não era realizada a mais de 20 anos. Voltando a ser realizada há cinco anos. Motivo pelo qual tantos jovens participaram com entusiasmo desse ritual de passagem dos homens.

A recuperação de uma festa tradicional como essa é muito importante para o fortalecimento organizativo e cultural do povo Guajajara. A formação de novos guerreiros, preocupados com a sua cultura e com os seus direitos, é importante também para a defesa do território Araribóia.

Há mais de 45 anos que essa terra tem sofrido constantes invasões. Durante esses anos foram mais de 57 indígenas mortos. Mortes essas que tem relação com a exploração ilegal do território. As constantes denúncias e lutas feitas pelos indígenas contra a exploração ilegal de madeira não tem surtido o efeito desejado.

Os indígenas têm sofrido ameaças de morte, mas as ameaças não têm paralisados os Tentehar/Guajajara, que continuam lutando contra as invasões em seu território e pela preservação de sua cultura. A preservação dos recursos naturais da terra são importantes para os rituais e para o sentido da vida desse povo.

Nesse sentido, à medida que o povo realiza as festas tradicionais como essa, mostra a sua resistência frente a todas as ameaças que querem acabar com a especificidade dos povos indígenas. Com a realização dessa festa de passagem dos rapazes, se formam novos líderes, caciques e guerreiros. Ao realizar a festa, o povo Tentehar/Guajajara mostra que sua cultura e identidade continua viva e fortalecida.

Conhecendo o ritual

O pai de um jovem ao perceber que ele está mudando a voz ou ao completar 13 anos, reuni as lideranças da comunidade e comunica a realização da festa do rapaz. Todas as demais famílias que tem rapazes na mesma fase participam da festa.

Acertado com a comunidade, o pai do rapaz "dono" da festa e as lideranças vão em busca de apoio para a realização da mesma. Apoio principalmente para custeio das despesas com alimentação. As mães dos rapazes confeccionam os enfeites (esteira, bracelete, capacete e colares) que eles usarão durante a festa. Também são responsáveis para preparar o jovem durante o período que antecede a festa.

CONT.



É construído um grande barracão para todos ficarem em baixo. Os rapazes não podem pegar sol e nem sereno. Quando os rapazes entram nesse barracão começam também as cantorias que dura toda a tarde e noite. Encerrando ao nascer do dia.

Preparação dos rapazes

No dia da festa após o meio dia, os rapazes iniciam a preparação. Primeiro se faz a pintura corporal. Geralmente feita com jenipapo e urucum. A mãe é responsável pela pintura que acontece na casa de uma das lideranças da comunidade.

Os rapazes ao serem pintados são colocadas as plumagens e os indígenas saem para o espaço da cantoria (barracão). Essa saída acontece após o sol baixar.

Os rapazes são acompanhados por uma moça durante toda a preparação e realização de todo o ritual que antecede a festa. A presença da moça é importante para simbolizar a família. Isso não significa, necessariamente, que possa haver compromisso entre ambos.

Realização da cantoria

Chegando ao barracão os rapazes são recebidos com cantos entoados pelos cantores e cantoras do povo. É notória a satisfação de ambos ao realizar esse momento. Na cantoria os jovens ficam sentados em um banco e esteira, ambos confeccionados especialmente para ele. Ao estarem no barracão e a cantoria iniciar, os rapazes não podem mais falar com ninguém, ou mesmo sair.

A cantoria vai até a meia noite. Depois, os rapazes vão para a casa de sua família. Nesse período, a avó materna é responsável pelos cuidados que são necessários durante a permanência do rapaz na casa.

Encerramento do ritual

Às quatro da manhã os rapazes são novamente preparados. Desta vez com shorts brancos. Eles são trazidos para o local da cantoria para se juntarem com os cantores e cantoras e são apresentados à comunidade. Daquele momento em diante, o rapaz se faz homem, podendo assumir responsabilidades maiores junto ao seu povo.

O sol nasce e a cantoria se intensifica cada vez mais. Todos se juntam em uma grande roda. A comunhão e a alegria são contagiantes que não tem quem consiga ficar parado.

No encerramento, acontece um choro coletivo, em seguida, todos os participantes vão agradecer ao dono da festa. Terminado o ritual, cada jovem leva seu banco para casa, enquanto estiver pintado, não pode banhar em rios ou mesmo lagos.

Com esse ritual a comunidade se alegra com a formação de novos guerreiros do povo, uma tradição que se renova, mantendo viva a cultura desse povo.

Cimi-Regional Maranhão



Indígenas Aikewara na Comissão da Anistia: Perdão e reparação

SÍTIO CIMI, 22.09.2014

Uma tarde de calor em Brasília. No Ministério da Justiça mais uma sessão ordinária da Comissão da Anistia.

Apreensão e muita expectativa. Um momento histórico nesse dia 19 de setembro. Pela primeira vez serão julgados processos de anistia solicitados por um povo indígena.

Depois de quatro horas, o presidente Paulo Abraão declara oficialmente: "A partir de hoje a história do Brasil tem que ser contada diferente". O Estado brasileiro reconhece sua ação de exceção-repressão contra os povos indígenas e pede oficialmente perdão por essas ações e concede reparação - 130 salários mínimos a cada um.

Dos 16 pedidos analisados, 14 foram reconhecidos pela Comissão.

Foram reconhecidos os crimes de exceção praticados pelos militares contra uma aldeia de indígenas de pouco contato, que praticamente não falavam português. Isso por três anos, de 1972 a 1975; período do combate e extermínio da Guerrilha do Araguaia.

Composta de apenas 40 adultos, a aldeia foi aterrorizada com a instalação de uma base militar bem ao lado. Os homens foram praticamente todos obrigados a participar diretamente em serviços forçados, especialmente carregar munição, alimentos e pessoas assassinadas. Uma situação de horror que traumatizou a população da aldeia.

Em seus depoimentos, os índios presentes relataram as crueldades, atrocidades e humilhações a que foram submetidos. "Os militares nos ameaçavam e intimidavam dizendo que se não participássemos das ações perderíamos a terra. Além disso nós colocavam na frente das operações para que morrêssemos primeiro", disseram.

Relatar várias situações de guerra envolvendo a aldeia foi muito difícil. Estavam visivelmente nervosos, chegando às lágrimas. Dois dos que haviam peticionado já morreram e outros não conseguem mais sair da aldeia.

Já era noite. Uma luz brilhou no fim do túnel. Uma vitória da resistência e luta dos povos originários, mas de maneira especial pela coragem do povo Aikewara. Aguentaram silenciosamente esse enorme sofrimento e trauma, com medo de repressão dos militares.

Os índios anistiados habitam a aldeia Sororró, na Terra Indígena Aikewara, localizada entre os municípios de Marabá (PA), São Geraldo do Araguaia (PA), São Domingos do Araguaia (PA) e Brejo Grande do Araguaia (PA).

Pedido de perdão e reparação

CONT.



Ao reconhecer a violação dos direitos dos índios, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abraão, pediu perdão pela ação do Estado brasileiro. "O conjunto de uma comunidade indígena também foi vítima da ditadura militar e que essa repressão, que aconteceu ao povo que vivia ao redor da região da Guerrilha do Araguaia, atingiu não apenas os camponeses, os guerrilheiros, mas também as comunidades indígenas que lá estavam", disse Abraão. "O que era apenas uma presunção, agora é certeza e a história tem que ser recontada para dizer que indígenas também foram atingidos pela repressão", disse Abraão à Agência Brasil.

Um caso emblemático

Conforme a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, trata-se de "um caso emblemático, pois através dele abre-se uma nova perspectiva para que o Estado Brasileiro peça perdão aos povos indígenas de todo o país por todas as barbaridades que ocorreram".

Sônia continua: "Sempre se fala em dívida histórica com os povos indígenas, como algo de um passado distante. Poucos percebem que o genocídio dos povos indígenas segue se repetindo e que a construção de uma nação democrática depende de uma Justiça de Transição ampla para os povos originários dessa terra, alvos da opressão primeira, que deu origem a essa nação"

Reparação individual e coletiva

O Estado brasileiro pede perdão aos indígenas Aikewara e concede reparação com relação às atrocidades cometidas contra esse povo pelos militares, no contexto da repressão à guerrilha do Araguaia. Uma decisão ímpar.

A questão da reparação coletiva foi lembrada pelos índios, pela relatora Sueli Belatto e pelas testemunhas Sônia Guajajara, Marcelo Zelik e Iara Ferraz. Essa reparação seria o imediato reconhecimento e regularização de parte de seu território, que está sendo ocupado por fazendeiros.

A presidenta da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, prometeu que, até o início de outubro, vai entregar ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o processo acrescentando 11 mil hectares no território dos Aikewara.



PE – Comunidade quilombola Conceição das Crioulas recebe título de mais de 800 hectares

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014

Incrá – Vinte e dois de setembro passa a ser um dia histórico para a comunidade quilombola Conceição das Crioulas, localizada em Salgueiro, estado de Pernambuco. Na manhã desta segunda-feira, foram entregues pelo Incra três títulos de domínio de cinco imóveis rurais que estavam dentro do Território Quilombola.

Com este ato que visa assegurar direitos históricos e garantir segurança jurídica quanto à situação fundiária, aproximadamente 898 hectares passaram a compor efetivamente o patrimônio coletivo da comunidade, beneficiando 750 famílias. A titulação ocorreu mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC).

O presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, ressaltou que o dia de hoje representou um marco pela igualdade e justiça social. “Além da promoção da regularização dos territórios quilombolas, fato que proporciona desenvolvimento social e sustentável às comunidades, comemoramos aqui também o resultado das mesas Permanentes de Acompanhamento da Política de Regularização Quilombola. Sem os debates promovidos por elas, não teríamos hoje avanços como esse registrado aqui”, destacou.

Ao esboçar sua satisfação com a conquista da comunidade, a presidente da AQCC, Valdeci Maria da Silva Oliveira, frisou a importância desta ação do Incra. “Foram anos e anos de luta. Muitos que iniciaram essa batalha já não estão aqui para comemorar”.

Conceição das Crioulas está no município de Salgueiro, no sertão pernambucano, a 550 quilômetros de Recife. O povoado é composto por 16 núcleos populacionais, nos quais residem aproximadamente 750 famílias. O local teve seu decreto de regularização de território quilombola assinado no dia 20 de novembro de 2009.

Histórico

Segundo os moradores, a comunidade Conceição das Crioulas remonta ao início do século XIX, com a chegada de seis crioulas. Guiadas por Francisco José de Sá, um escravo fugitivo, elas chegaram e fixaram moradia. A região era habitada pelos índios Atikum, com quem as crioulas e seus descendentes passaram a conviver em harmonia.

A princípio, as seis mulheres arrendaram uma área de terra, que aos poucos foram comprando graças ao trabalho de produção e fiação do algodão. Parte da área adquirida foi doada para a construção de uma capela, onde colocaram a imagem de Nossa Senhora da Conceição que Francisco José de Sá havia trazido na viagem. Em homenagem à santa, a comunidade passou a se chamar Conceição das Crioulas.

CONT.



Educação-modelo

A experiência educacional de Conceição das Crioulas é considerada referência para o movimento quilombola e outras organizações que trabalham com educação. A comunidade construiu um projeto de ?educação específica e diferenciada? que trabalha com uma concepção na qual os valores, a cultura, os costumes, as tradições, a sabedoria das pessoas mais velhas e a história dos antepassados fazem parte do processo histórico da comunidade.

Segundo Maria de Lourdes da Silva, educadora da comunidade e membro da Comissão de Educação, a iniciativa surgiu como resposta à discriminação e ao preconceito que os quilombolas vivenciavam. "Daí conquistamos um espaço importante com uma escola em nossa comunidade. Noventa por cento dos educadores são do nosso próprio meio, e a comunidade participa da elaboração do projeto pedagógico?", explica.

As aulas são ministradas na escola Professor José Mendes, inaugurada em 1995. Antes desta data, os jovens de Conceição das Crioulas só podiam cursar até a 4ª série do Ensino Fundamental. A luta pela oferta de educação da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental na comunidade foi o início de uma jornada de mobilização em defesa do direito a uma educação diferenciada que contemplasse a realidade das comunidades quilombolas. Outra conquista da comunidade foi a primeira biblioteca afro-indígena do Brasil.

Em 2002, o Centro de Cultura Luiz Freire – que tinha experiência em trabalhar com educação diferenciada para os povos indígenas- iniciou um processo de formação de educadoras quilombolas. Desde então, essa organização tem sido um importante aliado na luta pela educação diferenciada para as comunidades quilombolas.

Artesanato e Agricultura

O artesanato é atividade antiga em Conceição das Crioulas, realizado desde que as seis fundadoras iniciaram o plantio e fiação do algodão. Segundo Rosa Doralina Mendes, artesã e professora aposentada, o artesanato foi resgatado para geração de renda da comunidade recentemente. ?Em uma época de situação econômica muito difícil, ele foi o modo que encontramos de ganhar mais?.

Dentre as riquezas do artesanato de Conceição, é possível destacar as bonecas que contam a história de 10 mulheres; o trabalho com algodão que relembra a origem da comunidade; as peças de barro; as esteiras e o suplá de palha.



CIR participa da primeira Conferência Mundial da ONU sobre os Povos Indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014

Conselho Indígena de Roraima-CIR

A partir de hoje, 22, até o dia 23 de setembro, a Organização das Nações Unidas (ONU) inicia os debates da primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas. O evento vai reunir povos indígenas de diversos países, inclusive do Brasil, onde participam de um amplo debate sobre direitos indígenas.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), uma das organizações indígenas do país que ao longo da trajetória de luta em defesa dos direitos dos povos indígenas de Roraima conquistou importantes espaços internacionais, também participa do evento apresentando pauta das questões indígenas não só de Roraima, mas do Brasil. A advogada Joênia Wapichana, coordenadora do Departamento Jurídico do CIR, participa da Conferência representando a organização indígena.

Inicialmente, a representante deverá participar como palestrante em um evento promovido pela Fundação Ford sobre a questão de Clima e Terra, abordando um contexto sobre ações globais e esforços de proteção. A atividade vai reunir representantes indígenas e organizações de diversos países.

Durante a Conferência, a advogada Wapichana, ocupa espaço como representante do Conselho do Fundo Voluntário da ONU aos povos indígenas, onde atua desde 2013. Fazem parte da composição de participantes da Conferência Mundial, delegados oficiais de estados e organizações, e entidades que apoiam os povos indígenas em todo o mundo.

A Fundação Ford e a Aliança do Clima e Terra, entidades internacionais, preocupadas com a proteção das florestas no mundo, promovem o encontro com um grupo diversificado de líderes de comunidades indígenas e povos da floresta, chefes de corporações e ministros, para uma discussão sobre como proteger as florestas de forma a beneficiar a população local, o clima e o próprio planeta.

A prevenção do desmatamento e da deflorestação está entre as soluções mais efetivas e de baixo custo para os problemas climáticos, e o tema deve ser central nas discussões entre os líderes mundiais na Cúpula do Clima da ONU, marcada para o dia seguinte. O evento da Fundação Ford irá visualizar essas discussões, fornecer chaves para a ação global sobre as florestas e elevar os esforços dos líderes que devem construir as novas soluções.



Quilombo Rincão dos Martimianos será o quarto titulado no RS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014

Inkra – Rincão dos Martimianos, em Restinga Sêca, é a quarta comunidade quilombola a ter sua área regularizada no Rio Grande do Sul. Nesta segunda-feira (22), o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, irá entregar os títulos de domínio de 26,1 hectares, que passam a pertencer legalmente aos remanescentes do quilombo. O evento será no salão comunitário ao lado da Capela São Pedro, na localidade Lomba Alta, a dois quilômetros da sede do município.

Conforme o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – documento base para o processo de regularização fundiária – o território étnico abrange 98,6 hectares, dos quais 41 são ocupados por 55 famílias quilombolas. A área foi indicada com base em laudo antropológico realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e formalizada por decreto assinado pelo presidente da República em 2009.

No ato de segunda-feira, quatro Títulos de Reconhecimento de Domínio Coletivo e Pró-Indiviso, correspondentes aos 26,1 hectares, serão repassados à Associação dos Remanescentes de Quilombo Vovô Geraldo – Rincão dos Martimianos.

Neste caso, os procedimentos contaram com audiências de conciliação entre Incra e os donos dos 22 imóveis localizados no perímetro de interesse. Durante as tratativas, promovidas e mediadas de forma pioneira no estado pela Justiça Federal de Santa Maria, 19 proprietários concordaram com os valores das indenizações calculados pelo Instituto. As demais parcelas do território serão incorporadas posteriormente.

Pelas cláusulas do processo, os títulos devem ser registrados em cartório no nome da Associação, assegurando a coletividade do território. É proibido vender, doar, penhorar ou transmitir sua posse (no todo, ou em partes), independentemente do motivo.

No Rio Grande do Sul, os quilombos de Casca, em Mostardas (2.3 mil hectares – 78 famílias), Família Silva, em Porto Alegre (0,6 hectares – 13 famílias), e Chácara das Rosas, em Canoas (0,3 hectares – 20 famílias) também já obtiveram títulos (totais ou parciais). Outras 90 comunidades possuem processos abertos na regional do Incra.

Expectativas

O quilombo Rincão dos Martimianos surgiu a partir do casamento de Martimiano Rezende de Souza com Alzira Rezende de Souza, filha do fundador da comunidade São Miguel, também localizada em Restinga Sêca. Filho de uma ex-escrava com seu senhor, Martimiano deixou a terra natal, em Caçapava do Sul, junto com seus irmãos para fugir da discriminação sofrida pelo fato de ser fruto da relação de uma escrava com o patrão.

CONT.



“Esse sempre foi o sonho do meu pai. Ele não deixava o pessoal da nossa família vender a terra para ir para a cidade”, conta João Oraci de Souza, filho de João Izidoro Rezende de Souza e bisneto do patriarca.

Embora o tenha perdido o bisavô aos quatro anos, João Oraci lembra de Martimiano trabalhando em seu comércio, ou desbravando matas para tirar dormentes a fim de fornecê-los para a construção de uma ferrovia. “Ele era muito dinâmico. Procurou comprar propriedade para o pessoal dele todo”. Com as novas gerações, o espaço para agricultura ficou pequeno e os descendentes foram para a cidade.

João Oraci foi um deles. Aos 20 anos abandonou o campo para ser pedreiro. Diante da perspectiva de ter a área da família regularizada, retomou a agricultura praticada na infância.

Além disso, frequentou capacitações sobre orizicultura e hortas orgânicas. “Os quilombos têm preferência para fornecer para alimentação escolar. E o arroz ecológico tem toda uma ciência, uma lida diferente. Estou me preparando para ter conhecimento e experiência”.

Nacional

O evento em Rincão dos Martimianos faz parte de uma série de atividades voltadas aos remanescentes de quilombos, realizadas pelo Incra no período de 17 a 23 de setembro. Estão programadas ações no Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Caso Nísio Gomes: Primeira audiência do processo acontecerá esta semana
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.09.2014



Por Luiz Henrique Eloy

Esta semana acontecerá a primeira audiência do processo de Nísio Gomes, na Justiça Federal de Ponta Porã.

Audiência do dia 24 de setembro de 2014, às 14:00 horas – Quem será ouvido: as testemunhas de acusação DILO DANIEL, SIMONE LOPES, VALMIR GONÇALVES CABREIRA, ROSELI DANIEL e RUTH DOS SANTOS MARTINS.

Audiência do dia 25 de setembro de 2014, às 14:00 horas – a oitiva das testemunhas de acusação LUIS ANTÔNIO EBLING DO AMARAL, PALOMA BRÍGIDO MACHADO ALVES e JULIANA MELLO VIEIRA e dos informantes JHONATON VELASQUES GOMES, ADESILDO BRITES e DIOGE PELOI.



No sul do Amazonas, índios tenharim presos não têm banho de sol por falta de segurança

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Elaíze Farias – Amazônia Real

Os cinco indígenas tenharim acusados de matar três homens não-indígenas estão cumprindo a prisão preventiva sem direito a banho de sol na Delegacia de Lábrea, cidade que fica a aproximadamente 400 quilômetros da Terra Indígena Tenharim Marmelos, no sul do Amazonas. Segundo o novo advogado de defesa dos cinco índios, Adelar Cupsinski, do corpo jurídico do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), as visitas das famílias são limitadas a quinze minutos. Os indígenas estão presos em Lábrea desde o dia 4 de setembro.

Gilson Tenharim, Gilvan Tenharim, Valdinar Tenharim, Simeão Tenharim e Domiceno Tenharim foram transferidos pela justiça de Rondônia da cadeia pública de Porto Velho (RO), onde permaneciam presos desde 30 de janeiro, para a delegacia de Humaitá, no Amazonas, onde fica localizada a reserva tenharim.

Conforme a reportagem da agência Amazônia Real apurou, o juiz Jefferson Galvão de Melo, da 2ª Vara da Comarca de Humaitá, decidiu enviar os índios tenharim para Lábrea por medida de segurança. Em Humaitá, em razão da repercussão do caso, o clima de comoção e tensão permanece.

Segundo a Polícia Civil, na Delegacia de Lábrea existem oito celas. Os cinco índios tenharim dividem uma cela com outras duas pessoas. No total, a delegacia tem 56 presos atualmente.

O delegado Bruno Hitotuzi disse à reportagem que a Delegacia de Lábrea não tem efetivo suficiente para garantir a segurança dos cinco índios fora da cela. "Não tem um local seguro para eles tomarem banho de sol. Eles também não podiam ficar em cela isolados, porque não tem espaço. Mas dentro da delegacia eles têm proteção", afirmou.

Hitotuzi disse que as guarnições da Polícia Militar e Civil funcionam na mesma delegacia e são compostas por dois soldados, dois investigadores e um carcereiro. Eles trabalham em sistema de revezamento. Com relação às visitas de familiares, o delegado Bruno Hitotuzi disse que elas ocorrem de 20 em 20 dias.

Para o advogado Adelar Cupsinski a delegacia não tem estrutura adequada para os cinco índios tenharim, mas ele concordou com a decisão do juiz Jefferson Galvão de Melo, de encaminhá-los para Lábrea ao invés de deixá-los em Humaitá. "Eles estão em uma situação dramática, mas estão de cabeça erguida porque são inocentes", disse o advogado do CIMI.

Com base nas acusações da Polícia Federal, os cinco indígenas tenharim foram denunciados

CONT.



pelo Ministério Público Federal do Amazonas de envolvimento nas mortes de Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador. O crime aconteceu na aldeia Taboca, dentro da Terra Indígena Tenharim-Marmelos, em 16 de dezembro de 2013.

Desde a prisão dos indígenas, no dia 30 de janeiro, o caso já teve alguns desdobramentos, como o declínio de competência da justiça federal para a estadual, a transferência dos tenharim nas prisões de Porto Velho e as tentativas da Defensoria Pública da União (DPU) para soltar os indígenas, com ingressos de habeas corpus junto a diferentes esferas da justiça.

Ao assumir a defesa dos indígenas, por solicitação dos próprios tenharim, a assessoria jurídica do CIMI, uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também vai ingressar com pedido de soltura dos índios.

“Atendendo ao pedido do povo tenharim, a assessoria jurídica do CIMI já está atuando na defesa dos índios presos, juntamente com a Procuradoria Especializada da Funai. A DPU continua atuando junto aos Tribunais em Brasília no processo que discute a competência para processar o caso e nos habeas corpus que pedem a liberdade dos presos. Portanto, também atuamos junto com a DPU”, afirmou Adelar Cupsinski.

O advogado explicou que, caso haja negativa nos tribunais superiores, o próximo passo da DPU será um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal.

“Nós também estamos atuando para garantir a liberdade dos índios, pois se trata de direito constitucional. Conforme a Constituição brasileira e o direito internacional, ninguém será culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória em julgamento público em que deve ser asseguradas todas as garantias necessárias a defesa. No direito também é garantido que a liberdade deve prevalecer e somente em casos específicos deve haver a prisão provisória fundamentada e a prisão deve ser somente por um tempo razoável”, explicou.

Cupsinski afirmou que, no caso dos índios, a Lei 6001/73 e a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), acolhida pelo Brasil, há a previsão de que a custódia dos índios pode ficar sob a responsabilidade do órgão indigenista oficial, em decorrência das especificidades culturais. O órgão, no caso, é a Fundação Nacional do Índio (Funai). “Estes pedidos são subsidiários e estão sob a análise dos magistrados”, afirmou.

O advogado afirmou que em recente conversa com os cinco índios presos estes afirmaram que são inocentes e que confiam na justiça brasileira. E que, se porventura os juízes concederem este direito, eles ficarão a disposição da justiça sempre que forem convocados.

“Eles, inclusive, assumiram este compromisso através de documento escrito. Portanto, em nosso entendimento, não há justificativa para manter os índios encarcerados no sistema prisional comum. Os presos são lideranças. Um é sucessor do cacique e outro é dono da festa Mbotawa, que pode ser considerada a páscoa para os cristãos. A prisão do primeiro deixou o povo tenharim sem liderança política e a prisão do líder espiritual está impossibilitando a realização da festa”, afirmou o advogado, que esteve em Humaitá e em Lábrea há pouco mais de uma semana. Dois dessas lideranças são Gilson e Gilvan Tenharim, filhos dos caciques Ivan
CONT.



Tenharim, morto ano passado.

Indagado sobre a petição de soltura junto à Comarca de Humaitá, Cupsinski confirmou mas preferiu não entrar em detalhes. Afirmou apenas que "o juiz é ponderado, experiente e tem segurança ao conduzir o processo". "As medidas que ele decidir vamos acolher e recorrer daquilo que discordarmos", afirmou o advogado, referindo ao juiz Jéfferson.

O secretário municipal indígena de Humaitá, Ivanildo Tenharim, endossou a opção pela transferência dos índios presos para Lábrea e não para Humaitá. "Havia o risco de eles irem para Manaus, o que não queríamos. Em Lábrea é melhor, pois dá para visitar, apesar da distância, e é menos burocrático. Quando as famílias visitam, conversam e levam comida", disse.

Ivanildo Tenharim também confirmou a escolha dos indígenas para que CIMI assumisse a defesa dos indígenas. "Conversamos com o CIMI e os advogados aceitaram. A DPU não estava conseguindo acompanhar o caso. Agora, a DPU vai ficar vendo só os habeas corpus que os defensores já entraram", disse Ivanildo.

A Amazônia Real entrou em contato na semana passada com a assessoria de imprensa da Funai para saber qual vai ser a atuação de sua procuradora jurídica no caso, mas até o momento não obteve retorno.

Advogado de acusação aguarda novas prisões

Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza, advogado de defesa das famílias dos três homens mortos, disse à Amazônia Real que a transferência para Lábrea (AM) dos cinco índios tenharim acusados dos crimes foi positiva para o andamento do processo. Um sexto índio tenharim, que também foi acusado pelos crimes, está em liberdade.

"Lábrea é território do Amazonas e lá não tem comoção social. Entendo que o juiz de Humaitá agiu sabiamente", disse.

O advogado afirmou que aguarda a decretação de prisões e indiciamentos de outras pessoas envolvidos na autoria e co-autoria dos crimes de sequestro, homicídio e ocultação de cadáveres contra os três homens.

"Como a materialidade dos crimes está comprovadíssima, entendemos que a Justiça pedirá prisões e indiciamentos de outras pessoas envolvidas no caso", disse Terrinha Almeida de Souza.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



PARFOR inicia oficina “História e Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas”
SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, 23.09.2014

“História e Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas” é o tema da oficina que se iniciou no dia 19/09 para alunos do Plano Nacional de Formação da Educação Básica da Universidade Estadual do Piauí (PARFOR /UESPI).

São debates e atividades variadas ministradas para os estudantes do PARFOR pela especialista em Educação, Cultura e Afrodescendência Artenilde Silva, que também é integrante do Grupo de Cultura Afro Afoxá. Estavam presentes, além dos alunos do PARFOR, a Vice-reitora da UESPI, Bárbara Melo e Coordenador geral do PARFOR, Prof. Raimundo Dutra, que mencionaram a importância das oficinas que estão e serão realizadas para agregar o conhecimento que formará os alunos da Educação Básica.

No primeiro momento a ministrante abriu espaço para a reflexão da condição do negro e indígena no país, baseada nas Leis 10.639/2003 e 11.645 que fala sobre o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, como também o estudo da história indígena, já que no Piauí, 85% da população se autodeclarou negra, de acordo com o mesmo estudo, o que o torna o quarto Estado com maior número de negros no Brasil, para tanto é necessário que os profissionais da educação se qualifiquem para por em prática o que as leis determinam.

“A oficina é importante para se quebrar conceito, sendo uma forma de compreender o que é o negro, fazendo uma autorreflexão, e uma forma interessante de incorporar isso à educação que muitos desconhecem e que deve ser prioritária na vida dos estudante”, afirmou Artenilde.

A estudante de Pedagogia, Sônia Dantas menciona a possibilidade de aproximação e compreensão da história do negro. “O negro ainda é discriminado, mas tem que ter sua história reconhecida, afinal eles forma um dos primeiros povos a habitarem no Brasil e, conhecer sua trajetória é o início da quebra dos conceitos preestabelecidos”, diz.

A oficina “História e Cultura Afro-Brasileira” continua com a programação nos dias 10 e 11 de outubro no espaço Memorial Zumbi dos Palmares, na Avenida Miguel Rosa, zona Sul.

Fonte:

Assessoria de Comunicação - UESPI
ascom.uespi@gmail.com
(86) 3213-7398



Irregularidades suspendem votação de licença para minerodutos em MG

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

No dia 18 de Setembro foi suspensa a votação de dois projetos minerários em Minas Gerais: o Minas- Rio, da Anglo American, e o Morro do Pilar da Manabi. Ambos são compostos por mina, mineroduto e porto, e irão impactar dezenas de municípios de forma sinérgica.

A Unidade Colegiada do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais no Jequitinhonha (URC-Jequitinhonha) avaliaria a concessão da L.O (Licença de Operação) para a mina do projeto Minas-Rio e a (L.P) Licença Prévia do projeto Manabi. Neste último caso, o projeto foi retirado de pauta em função de uma anuência concedida pelo Ibama e considerada inválida, já que a supressão de Mata Atlântica é proibida por lei federal. No caso do projeto Minas-Rio, a votação se manteve, mesmo com recomendação ao contrário emitida pelo Ministério Público Federal. Porém, durante tenso debate, em que técnicos da SUPRAM foram acusados de mentir pelos atingidos indignados com respostas dadas aos questionamentos feitos, o promotor Felipe Faria de Oliveira, do MPE e membro da URC, pediu vistas ao processo.

Além da L.O da mina, a Anglo American precisa ainda de licença do IBAMA para operar o mineroduto e do Estado do Rio de Janeiro para colocar o porto em funcionamento.

Os moradores das 32 cidades por onde passa o empreendimento fizeram forte pressão nos últimos dias contra o licenciamento, e contestam os fortes impactos ambientais que vem sofrendo em decorrência do empreendimento. Recentemente houve uma grave mortandade de peixes em um dos rios das áreas afetadas pelo empreendimento nas comunidades do entorno de Conceição do Mato Dentro. Os moradores alegam que a mineradora não corrigiu os danos causados pelo projeto.

O empreendimento deverá retornar para votação na próxima reunião ordinária da Supram, nesta segunda-feira, 29 de setembro.

Em relação ao caso MANABI, pela terceira vez consecutiva houve adiamento da votação do licenciamento. Há recomendações do MPE e do MPF para a não concessão da LP visto irregularidades e falta de informações, como a ausência de estudos acerca dos impactos sobre as comunidades tradicionais e quilombolas da região, assim como os impactos cumulativos e sinérgicos dos dois minerodutos na bacia do Rio Santo Antonio.

Fonte: Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais



Luta contra a demarcação de terras indígenas. Prioridade da CNA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Ao visitarem a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em agosto, os presidentiáveis receberam uma carta da entidade com cobranças por mais incentivos e financiamentos para agricultores, mais investimentos em infraestrutura e uma solução para problemas ligados à demarcação de terras indígenas

João Fellet – BBC Brasil

Segundo assessores da CNA, o último ponto – presente em capítulo que defende a “segurança jurídica” no campo – é o mais importante da lista.

O órgão quer que o próximo presidente mantenha a decisão tomada no governo Dilma de suspender a demarcação e a ampliação de terras indígenas; passe a comprar áreas para atender as demandas dessas comunidades; e retire da Funai (Fundação Nacional do Índio) a atribuição de identificar e demarcar esses territórios.

Dentre os três candidatos principais, Aécio é quem se mostra mais alinhado com o setor. Embora o site de sua candidatura não trate especificamente da questão indígena, ele diz que em seu governo fazendas invadidas não serão desapropriadas por dois anos.

Na CNA, ele afirmou ainda que a Funai passará a dividir suas funções com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), estatal vista com bons olhos pelo agronegócio.

O site da candidatura de Dilma não trata do tema. No primeiro debate entre os candidatos, ela afirmou que o conflito entre índios e agricultores deve “ser resolvido de forma a preservar interesses de todas as partes”.

Marina é a única a abordar o tema em seu programa de governo. Ela se compromete a “estabelecer mecanismos de gestão de conflitos para finalizar a demarcação de Terras Indígenas, como previsto na Constituição Federal.” Ela não detalha, porém, como esses mecanismos funcionariam.

Diante do acirramento dos conflitos em áreas em demarcação nos últimos anos, o governo federal criou mesas de diálogo lideradas pelo Ministério da Justiça e compostas por índios, donos de terra e autoridades locais. Até agora, no entanto, não se chegou a nenhuma saída para os impasses.



O Milagre da Resistência: Lições dos Sucessos dos Quilombos e Grupos Indígenas Urbanos do Rio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Désirée Poets* – Rio On Watch

O passado colonial do Brasil criou um panorama sócio-político no qual as questões de raça e etnia continuam a ser problemáticas. Hoje, os grupos indígenas e negros continuam a resistir à ordem social discriminatória criada pelas relações de contato colonial. A Constituição de 1988 e instrumentos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, protegem os povos indígenas e grupos quilombolas do Brasil. Estas leis formam uma estrutura que permite que esses grupos se organizem de forma autônoma para decidir o seu futuro. No entanto, as disposições legais não são facilmente traduzidas em políticas públicas que melhorem a situação sócio-econômica desses grupos, fazendo da implementação dos direitos constitucionais uma luta contínua. As lutas vividas por grupos étnicos na cidade proporcionam uma janela para idéias persistentes sobre raça e etnia que impedem o reconhecimento dos mesmos como grupos étnicos.

Quilombos Urbanos do Rio: Cultura e Resistência no Sacopã e Pedra do Sal

O Rio de Janeiro colonial, um importante porto de escravos, foi o local de um grande número de quilombos, alguns dos quais ainda fazem parte da paisagem e geografia da cidade. Como explica o pesquisador e ativista brasileiro Kabengele Munanga, quilombo é uma palavra de origem Bantu, uma família de línguas faladas por povos localizados entre o que é hoje a República Democrática do Congo e a Angola. A palavra foi levada ao Brasil durante o período do colonialismo formal através da migração forçada de escravos africanos. Quilombos são hoje não apenas um fato histórico, mas uma realidade sócio-política do país. Eles são popularmente representados como comunidades rurais de escravos fugitivos, que permaneceram em seus territórios desde a abolição da escravidão, simbolizadas pelo mais famoso, o Quilombo dos Palmares. No entanto, esta definição colonial e restrita não consegue compreender as complexas e dinâmicas realidades dos atuais grupos quilombolas do Brasil. Na realidade, os quilombos surgiram onde quer que houvessem escravos africanos, em contextos urbanos e rurais, bem como em outros países, como a Colômbia ou Equador.

O resultado das mobilizações do movimento negro no contexto da redemocratização foi, entre outros, o Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante a quilombolas o direito ao título de suas terras. Em 2003, o Decreto 4887 nomeou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como responsável pela demarcação de terras quilombolas. Desde então, o laudo antropológico necessário para o processo de titulação desencadeou a ressemantização e expansão do conceito de quilombo, como consolidado na definição de 1994 da Associação Brasileira de Antropologia:

CONT.



“Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”.

É dessa forma que deve-se entender os quilombos urbanos do Rio de Janeiro, o Sacopã e o Pedra do Sal. Eles estão respectivamente localizados na Lagoa, bairro de classe alta (ao lado da Lagoa Rodrigo de Freitas na Zona Sul) e no Centro da cidade na região portuária. Ambos ainda estão passando pelo longo e burocrático processo de titulação de suas terras, com o Sacopã prestes a receber seu título com a visita do presidente do INCRA amanhã. Depois de anos de luta para obter legalmente a sua terra, os quilombos urbanos carregam uma mensagem importante de resistência para outros grupos que resistem à remoção e expulsão.

O que esses quilombos urbanos têm em comum é a sua importância como espaços de resistência negra e da cultura do samba. O Sacopã tornou-se famoso por suas festas de samba e pagode nos anos 1970 e 80. Os membros do Pedra do Sal foram protagonistas na criação do próprio samba, e participando de escolas de samba como a Império da Tijuca. Além disso, o Pedra do Sal tem uma importância tanto histórica quanto atual para a área portuária do Rio e para os terreiros de Candomblé, tendo sido recentemente reconhecido como área de especial interesse cultural.

Ambas as comunidades são testemunhas da presença histórica dos negros em bairros hoje disputados pela especulação imobiliária e ambas estão localizadas em áreas que foram submetidas a complexos processos de gentrificação e branqueamento. Durante a agressiva política de remoção das favelas durante a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, a paisagem da Lagoa mudou radicalmente com a remoção forçada de comunidades como a Favela da Catacumba—hoje Parque da Catacumba—e a favela Praia do Pinto, onde hoje se encontra o condomínio Selva de Pedra do Leblon.

Hoje, a Lagoa é um bairro de classe alta. A região portuária, onde o Pedra do Sal está localizado, faz parte de um projeto de revitalização que está aumentando significativamente o valor imobiliário da área. Neste contexto, os interesses econômicos são expressões da discriminação racial. Ambos os quilombos têm incessantemente resistido às tentativas de remoção, mas não sem perdas. Dessa forma, ao passo que a área em torno deles tem sido gradualmente branqueada, os quilombos permanecem como lembrança física de que a resistência é possível.

Sua identidade como quilombo foi fundamental nas conquistas que tiveram até hoje. Devido à sua determinação de permanecer onde têm morado há gerações, à sua identidade cultural e às possibilidades oferecidas pelo Artigo 68 e pelo Decreto 4887, eles obtiveram o reconhecimento do direito legítimo às suas terras em um contexto de deslocamentos massivos. O que outros—como os moradores da Favela da Catacumba—não puderam fazer, eles alcançaram. Como diz Luiz, o líder do Sacopã:

CONT.



"Nós somos talvez uma das resistências número um no país devido à localização em que nos encontramos, devido ao valor econômico deste local. Portanto, o racismo não é tão forte, porque nós lutamos contra o poder econômico e a capacidade dos poderosos de influenciar todas as questões políticas—e conseguimos vencer... Temos de ter sido ajudados pelos Orixás. Depois de tudo que passamos, as pessoas se perguntam: 'Como é que eles ainda estão aí?'"

Em uma cidade como o Rio de Janeiro, esta é uma mensagem importante de força e de esperança. A esperança dos quilombos inspira o ativismo diário dos grupos de resistência. A Associação Indígena Aldeia Maracanã

Os direitos étnicos também são importantes para a população indígena do Brasil, hoje composta por 305 grupos étnicos, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, falando em torno de 150 a 180 línguas indígenas. O período de redemocratização do Brasil testemunhou o aumento do protagonismo dos povos indígenas, que garantiram o fim do poder tutelar formal na Constituição e o reconhecimento de uma série de direitos, como o direito à sua cultura e à educação diferenciada.

Devido às dificuldades das áreas rurais, especialmente aquelas onde os agricultores vizinhos e o agronegócio ameaçam as comunidades indígenas, muitos povos indígenas optaram por migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, educação e emprego. O IBGE estima que cerca de 324.000 indígenas vivem fora das Terras Indígenas (ou TIs), 80% deles na região Sudeste do Brasil. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem uma população de cerca de 13.000 indígenas na área urbana, e tem um movimento indígena bem articulado desde os anos 1980. Na cidade do Rio de Janeiro, onde o IBGE contou 6.000 indígenas urbanos, o fenômeno é muito mais recente.

Em 2006 o movimento Aldeia Maracanã ocupou o prédio abandonado do Antigo Museu do Índio, localizado ao lado do Estádio do Maracanã. O objetivo era dar maior visibilidade ao movimento indígena do Rio de Janeiro. Eles permaneceram no prédio até 2013, onde realizavam eventos mensais de contação de história. Naquele ano, o governo do Rio decidiu que o local deveria servir às necessidades da próxima Copa do Mundo e removeu seus moradores indígenas, ameaçando derrubá-lo para construir um estacionamento.

Reunindo apoio popular e a atenção da mídia, o grupo conseguiu proteger o prédio, que agora está tombado. No entanto, os moradores foram obrigados a se realocarem para o alojamento temporário, onde moraram por mais de um ano. Este ano, eles finalmente se mudaram para o bloco de apartamentos reservado para eles em um condomínio do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O prédio do Antigo Museu será agora renovado em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e se tornará um Centro de Referência da Cultura Indígena Viva, funcionando como um museu vivo e como uma embaixada para outros povos indígenas quando vierem para a cidade. Os membros formaram agora oficialmente a Associação Indígena Aldeia Maracanã e estão criando o Conselho Estadual Indígena com o objetivo de garantir políticas públicas, como de habitação e saúde, para os povos indígenas que vivem no Estado do Rio de Janeiro.

A presença de indígenas fora das terras indígenas formalmente designadas ainda é uma ideia
CONT.



que muitos precisam aceitar, inclusive o público em geral. Mas até mesmo as instituições governamentais, inclusive a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é responsável pela política indigenista do Brasil, ainda tem de adaptar o seu entendimento. Quando muitos órgãos, inclusive federais e estaduais, não reconheceram os membros da Aldeia como indígenas legítimos, eles ficaram institucionalmente impotentes.

Apesar da ausência de apoio do Estado, no entanto, eles conseguiram reunir o apoio de outros e alcançaram o seu objetivo de assegurar o prédio do Antigo Museu como lugar de resistência indígena. Quando grupos como a Aldeia reivindicam direitos na cidade, os povos indígenas estão virando a compreensão colonial de etnicidade e indianidade de pernas para o ar. Semelhante aos quilombos, esse entendimento associa a indianidade com comunidades rurais e geograficamente distantes, como identidades pré-modernas e radicalmente diferentes. Quando essas identidades surgem na cidade, quando os indígenas usam jeans e dirigem carros e continuam a se auto-declarar indígenas, os preconceitos contra eles se tornam mais aparentes. Eles lutam por afirmação como cidadãos legítimos que, apesar de estarem na cidade, não deixam de ser indígenas. Nas palavras do cacique Marcos Terena: "Eu posso ser o que você é, sem deixar de ser quem eu sou".

O Milagre da Resistência

Por um lado, a etnicidade é um facilitador, pois torna possível a reivindicação de uma série de direitos baseados na alteridade cultural, como garante a Constituição de 1988. Por outro lado, é também limitadora, porque os mantém repetidamente sob a definição colonial de etnicidade. Esse preconceito limita tais grupos étnicos a comunidades rurais, distantes, pré-modernas e menos influentes. Portanto, grupos étnicos no contexto urbano como a Pedra do Sal, Sacopã e Aldeia Maracanã lutam contra tais tentativas de mantê-los "em seu lugar" geográfico e social. Ao resistir, esses grupos mobilizam suas diferenças culturais e étnicas para afirmar sua igualdade como cidadãos. A nova noção de direitos civis que formou a base da Constituição de 1988 criou muitas possibilidades para os grupos que se auto-identificam com categorias étnicas, seja como quilombolas ou indígenas.

No entanto, é importante ressaltar que as conquistas desses grupos são, em grande maioria, resultado de sua própria teimosa militância, forçando o Estado a cumprir as promessas que faz. Sem o ativismo persistente desses grupos, os direitos étnicos permaneceriam apenas mais uma cláusula constitucional ou lei sem vida, que "não pegou". Entre os muitos obstáculos que estes grupos enfrentam pode-se citar a lenta e morosa burocracia do Estado, que se torna evidente no processo de titulação dos quilombos. A burocracia, aliás, junto com os interesses econômicos, funciona para ocultar a discriminação racial, porque os indivíduos mais ricos são capazes de contornar o aparelho burocrático com seus recursos econômicos e seu poder de influência no sistema judicial. Neste contexto, quando Luiz, do Quilombo Sacopã, falou das muitas razões pelas quais eles conseguiram ficar quando tantos outros foram forçados a deixar suas casas, ele disse: "Ah, o milagre da resistência".

Parece que no Brasil, apesar da existência de um quadro legal inclusivo, só o milagre da resistência pode garantir os direitos étnicos.

*Nascida e criada no Rio, Désirée Poets está realizando seu doutorado na Universidade de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

Aberystwyth, País de Gales, onde também concluiu seu mestrado em Políticas Pós-Coloniais. Seus interesses são mobilizações políticas urbanas, atualmente com foco em raça e etnia nos espaços urbanos.



Roraima tem onze 'Escolas Esquecidas'

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 23.09.2014

Muitas escolas brasileiras na zona rural não têm infraestrutura adequada. Quase 40% dos estudantes repetiram o ano e 23% abandonaram os estudos

Escolas listadas no estudo que aponta unidades em condições precárias estão localizadas, na maioria, em áreas indígenas (Foto: Divulgação)

Um estudo de "Escolas Esquecidas", divulgado pelo Instituto CNA, ligado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, mapeou centros de ensino e apontou que, no Brasil, 508 escolas rurais não têm condições de infraestrutura, apresentam baixa taxa de aprovação e muitos alunos abandonam os estudos. A maioria está nas regiões Norte e Nordeste em áreas de difícil acesso. Roraima tem 11 unidades na lista.

Segundo a divulgação, o estudo utiliza os dados do Censo Escolar de 2012 e revela instituições que não têm biblioteca, computador, TV, antena parabólica, videocassete, DVD, água filtrada, saneamento básico ou eletricidade. Quase 40% dos estudantes repetiram o ano e 23% abandonaram os estudos.

A maior parte dessas escolas está no Norte. Onze destas "Escolas Esquecidas" estão em Roraima. São elas: Escola Estadual Índio Alcides Moura (Alto Alegre), Escola Estadual Indígena Homero Cruz (Boa Vista), Escola Estadual Indígena Índio Jose Miguel (Normandia), Escola Estadual Indígena Rosa de Saron (Normandia), Escola Estadual Indígena Índio Daniel (Normandia), Escola Estadual Indígena Índio Raimundo Macuxi (Pacaraima), Escola Estadual Indígena Antônio Francisco Lisboa (Uiramutã), Escola Estadual Indígena Professora Marlene Barbosa (Uiramutã), Escola Estadual Indígena Tuxaua Cretácio (Uiramutã), Escola Estadual Indígena Jose Laima (Uiramutã) e Escola Estadual Indígena Tuxaua Carlos Makuxi (Uiramutã).

Ainda na Região Norte estão 209 escolas no Estado do Pará e 202 no Amazonas, além de "Escolas Esquecidas" no Acre (36), Amapá (4) e em Rondônia (1). Do total, 184 estão em terras indígenas, 44 em áreas de assentamento, oito em áreas remanescentes de quilombos e uma em unidade de uso sustentável. Grande parte é municipal. Em Roraima, porém, todas as escolas são estaduais.

SEED - Em nota, a Assessoria de Comunicação da Secretaria Estadual de Educação e Desporto (Seed) esclarece que escolas rurais e escolas indígenas têm conceitos diferenciados e com legislações específicas, embora a localização geográfica seja compreendida em área de zona rural.

Das 11 escolas citadas na pesquisa, apenas três não receberam recursos federais para melhorias física e pedagógica: Escola Estadual Indígena Rosa de Saron, Índio José Miguel e Carlos Makuxi, considerando que estavam em processo de criação ou reativação junto ao Censo Escolar, observando também o quantitativo de aluno.

CONT.



Os valores recebidos por essas unidades escolares variaram de R\$ 217,00 a R\$ 1.026,00 para aquisição de ferramentas e cimento (para melhoria da estrutura física) e material didático (livros, fitas, lápis e borracha), oriundos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

A Seed ressaltou que a educação indígena é gerida de forma compartilhada – governos estadual e federal –, com propostas e referenciais específicos, organizados e orientados pelo Governo Federal e não se confundem com escolas rurais.

“O investimento na educação indígena atende primeiramente às reivindicações das comunidades. Roraima é o primeiro estado brasileiro a ter carreira de professor indígena, resultado de diálogo com os povos indígenas e avanço no processo educacional. Anualmente, a Seed realiza processo seletivo diferenciado para atender a essa demanda”, comentou.

Esclareceu ainda que a maioria das comunidades indígenas está passando pelo processo de energização elétrica, ação do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado. “Vale ressaltar que a introdução da energia elétrica nas comunidades indígenas depende da decisão dos povos organizados. Contudo, a medida só é executada após deliberação da comunidade, que autoriza o processo e somente após a energia elétrica estabilizada as escolas passam a receber equipamentos como computadores, televisores, geladeira e outros, uma vez que estão contemplados no Plano de Ações Articuladas”.

ALERTA - De acordo com o levantamento divulgado pelo instituto, as escolas sem infraestrutura representam 0,7% do total de escolas públicas rurais no país que, em 2012, somavam 75,7 mil centros de ensino.

“O estudo é um alerta para o meio rural, especialmente para aquelas escolas que chamamos de esquecidas. Através dessa metodologia chegamos a 508, mas sabemos que outras escolas estão ali no limite, se houvesse uma flexibilização nos critérios, haveria um número maior de escolas [sem as condições mínimas de infraestrutura]”, diz o secretário executivo do Instituto CNA, Og Arão.

Segundo ele, as escolas rurais são muito importantes para a formação das comunidades do campo e são também um incentivo para que as famílias permaneçam na área rural. “Sem uma escola de qualidade não consigo formar, levar conhecimento e inovação, manter essas pessoas no campo”, acrescentou.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) diz que desde 2012, com o Pronacampo, tem intensificado ações voltadas para as escolas rurais, enviando recursos aos estados e municípios e às próprias escolas. Além disso, também desde 2012 se reúne com 80 municípios, que são os que concentram a maior parte das escolas rurais, buscando uma gestão mais próxima, discutindo formação de professores, possibilidades de financiamento e de apoio às escolas do campo.

Segundo a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Macaé Evaristo, 46% das escolas apontadas no estudo estão em municípios que fazem parte desse grupo. “Nenhuma criança nesse país pode ficar sem atendimento escolar. No campo é preciso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

atenção redobrada, independentemente do lugar que a criança nasceu, tem que ter acesso à educação e educação de qualidade”, disse.



Moção contra a privatização da saúde pública indígena

SÍTIO CSP CONLUTAS, 23.09.2014

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde manifesta repúdio à política privatista do governo contra a saúde pública, agora, estendida também à população indígena

A assistência à saúde indígena é garantida por Lei e está vinculada ao Sistema Único de Saúde.

Entretanto, o Ministério da Saúde está propondo a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), entidade civil de direito privado, instituído pelo Poder Público, mediante autorização legislativa, e regulamentado por meio de decreto presidencial, para gerir a política de saúde indígena.

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde divulgou uma moção com o alerta sobre a criação do instituto que, de acordo com a entidade, "aprofunda o processo de privatização em curso na saúde pública brasileira, incrementa a terceirização e precarização da saúde indígena, na medida em que institui entidade de caráter privado, no formato de Serviço Social Autônomo (SSA), abrindo mão da gestão pública da política de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil".

Confira, abaixo, a íntegra da moção:

Por uma saúde pública que respeite a cultura e especificidade indígena e contra a privatização da saúde indígena

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas foi estruturada como um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Lei nº 9.836/99. Em 2010, com o Decreto Nº 7.336, de 19.10.2010, a sua gestão passou para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde.

A política de saúde indígena reconhece as especificidades étnicas e culturais, bem como os direitos territoriais dos povos indígenas, o que é assegurado nos artigos 231 e 232, da Constituição Federal de 1988. Os direitos indígenas são reconhecidos de forma pluriétnica e multicultural, donde se inclui o direito à saúde, assegurando-lhes o acesso universal e equitativo ao SUS, segundo as determinações das Leis Orgânicas da Saúde no Brasil.

A implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas requer a adoção de um modelo diferenciado de organização dos serviços, partindo-se das especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais desses povos, a fim de garantir as condições para a proteção, promoção e recuperação da saúde, com base nos princípios e diretrizes da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social, previstos no SUS.

CONT.



Para garantir esses objetivos foram criados 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), a partir de critérios, como: população área geográfica e perfil epidemiológico; disponibilidade de serviços, recursos humanos e infra-estrutura; vias de acesso aos serviços instalados em nível local e à rede regional do SUS; as relações sociais entre os diferentes povos indígenas do território e a sociedade regional; e distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas. Compete aos DSEI, estruturar uma rede de serviços, no âmbito da atenção básica de saúde, dentro das áreas indígenas de sua abrangência, de forma integrada e hierarquizada, no nível de complexidade crescente e articulada com a rede do SUS.

Os argumentos usados para criar a SESAI no MS, como uma secretaria "ESPECIAL", em vista da execução direta das ações básicas de saúde em áreas indígenas, via Distritos Sanitários Especiais (DSEI) incluem: a diversidade da questão indígena, as questões culturais, as especificidades, áreas de difícil acesso, muitos povos que não falam português (305 etnias que falam 274 línguas indígenas).

Atualmente, sob a gestão da SESAI, existem 3 organizações (ONGs) que contratam os/as profissionais para atuar na saúde indígena: Missão Evangélica Caiuá (entidade das Igrejas Presbiteriana do Brasil – (IPB), Presbiteriana Independente do Brasil (IPI) e Presbiteriana Indígena do Brasil (IIPB); Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM); e o Instituto de Medicina Integral (IMIP).

O Termo de Conciliação Judicial – TCJ de 2008 – Processo nº 0751-2007-018-10-00-4, determina a "substituição dos terceirizados irregulares alocados no sistema de atenção à saúde indígena (...), sendo nomeados em cargos de provimento efetivo, após prévia aprovação em concurso público (...)" O TCJ esta em consonância com o que determina o Inciso II, do Art. 37 da C.F. "II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ...;"

A 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (dezembro de 2013) aprovou, em consonância com a Constituição Federal e o TCJ, a realização de concurso público diferenciado de forma a atender às especificidades socioculturais dos povos indígenas. A Deliberação nº 1, Subeixo 1.3, que trata dos "Avanços e Desafios na Área de Recursos Humanos para a Saúde Indígena: formação, educação permanente, capacitação e práticas de saúde e medicinas tradicionais" expressa de forma explícita, a saber:

" 1) Garantir concurso público regionalizado para a Sesai, através do Ministério da Saúde (MS), respeitando as especificidades para os profissionais de Saúde Indígena e diferenciado para os profissionais indígenas, de forma que atenda as especificidades socioculturais dos povos indígenas, conforme os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adequando a organização social de cada povo, devendo ser realizado no mesmo dia em todo o Brasil."

O Ministério da Saúde que deveria cumprir as determinações constitucionais, judiciais e da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena decidiu propor a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), entidade civil de direito privado, instituído pelo Poder Público,

CONT.



mediante autorização legislativa, e regulamentado por meio de decreto presidencial, para gerir a política de saúde indígena.

Dentre os argumentos utilizados para a criação do INSI, destacam-se as dificuldades geradas pela exigência de licitações no âmbito da esfera pública e que, o concurso público não atende às especificidades e diversidades da saúde indígena, ressaltando que os indígenas são contrários à realização de concurso público.

A realidade dos fatos é distinta das afirmações governamentais. Diversas entidades do movimento indígena, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, (COIAB); a Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR), têm se manifestado contrárias à criação do instituto, por se tratar de uma estratégia de privatização, em substituição à apresentação de uma proposta de concurso que dê conta da diversidade e especificidade que abrange a questão indígena.

Parte do Fórum Permanente dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI), formado por indígenas que atuam no controle social, no âmbito dos DSEIs, tem manifestado posição favorável ao instituto, uma vez que, dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), 29 são favoráveis e 05 contrários (Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Xingu e Litoral Sul). A SESAI informa ter consultado os povos indígenas, em cumprimento à Convenção 169 da OIT. Entretanto, diversas denúncias veiculadas pela imprensa, oriundas, especialmente dos DSEI contrários à criação do INSI, indicam que o processo de consulta aos povos indígenas foi conduzido de forma autoritária e antidemocrática, pressionando os indígenas a serem favoráveis, pois em sendo efetivado o concurso, os indígenas hoje contratados seriam demitidos.

As ameaças de demissão ferem frontalmente o Artigo 20, da Convenção 169 (OIT), donde estabelece que "os governos adotarão, no âmbito das leis e das regulações nacionais e em cooperação com os povos interessados, medidas especiais para garantir uma proteção efetiva a trabalhadores pertencentes a esses povos no seu processo de contratação e condições de emprego, caso não estejam efetivamente protegidos pela legislação aplicável aos trabalhadores em geral."

Soma-se a esses argumentos, a justificativa de que não é possível a contratação dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), por concurso público, dadas as particularidades de sua inserção profissional. A esse respeito, o Ministério Público Federal (MPF), assinala em nota que, neste caso, aplicar-se-ia o "art. 198, par. 4º, da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional n. 51, de acordo com o qual não há necessidade de concurso, apenas de processo seletivo simplificado, entre pessoas da própria comunidade".

Destaque-se que, o controle social na estrutura do INSI é diretamente atingido e perde força, o que pode ser observado na composição do Conselho Deliberativo que, segundo a proposta, do total de 12 componentes, 6 serão representantes do governo, mais 1 do CONASS e 1 do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2014

Brasília, 23 de setembro de 2014.

CONASEMS, 3 representantes dos indígenas e apenas um representante dos trabalhadores. Note-se que os gestores terão 8 membros, enquanto os usuários terão 3, nessa instância de deliberação do INSI.

Em nota pública, editada em 09 de setembro de 2014, o MPF afirma que:

“A saúde indígena tem natureza essencialmente pública, integra o SUS e é dele subsistema (art. 2º e parágrafo único do Decreto 3.156, de 27 de agosto de 1999). De modo que todo o investimento estatal deve ser realizado dentro desse subsistema. O Instituto Nacional de Saúde Indígena está na contramão desses princípios constitucionais, porque transfere a execução da saúde indígena para pessoa jurídica de direito privado, que se constitui sob a forma de serviço social autônomo, não fazendo parte da administração pública, direta ou indireta”.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, o “Prestador de Serviços Sociais”, forma proposta para o INSI, é uma “entidade instituída com o fim de auxiliar o Poder Público, com atuação paralela à do Estado em regime de cooperação, sendo mero auxiliar na execução de função pública”, instituído com a finalidade de auxiliar o Estado a cumprir suas obrigações e não para exercer competência estatal, com estrutura jurídica similar à dos serviços sociais autônomos tradicionais, destacando-se que, não integram a administração pública e observam regras do direito privado.

Diante do exposto, vimos a público afirmar que a criação do INSI aprofunda o processo de privatização em curso na saúde pública brasileira, incrementa a terceirização e precarização da saúde indígena, na medida em que institui entidade de caráter privado, no formato de Serviço Social Autônomo (SSA), abrindo mão da gestão pública da política de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil.

Assinam esta Nota

Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde

ANDES-SN

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social